

O Processo de Acumulação do Capital

A transformação de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento pelo qual passa um quantum de valor que deve funcionar como capital. Ela tem lugar no mercado, na esfera de circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, está encerrada tão logo os meios de produção estejam transformados em mercadorias cujo valor supera o valor de seus componentes, portanto, que contenha o capital originalmente adiantado mais uma mais-valia. Essas mercadorias a seguir têm de ser lançadas de novo à esfera da circulação. Trata-se de vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, transformar esse dinheiro novamente em capital, e assim sempre de novo. Esse ciclo, que percorre sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital.

A primeira condição da acumulação é que o capitalista tenha conseguido vender suas mercadorias e retransformar a maior parte do dinheiro assim recebido em capital. É pressuposto, a seguir, que o capital percorra seu processo de circulação de modo normal. A análise mais pormenorizada desse processo pertence ao Livro Segundo.

O capitalista que produz a mais-valia, isto é, extrai trabalho não-pago diretamente dos trabalhadores e o fixa em mercadorias, é, na verdade, o primeiro apropriador, mas, de modo algum, o último proprietário dessa mais-valia. Tem de dividi-la, mais tarde, com capitalistas que realizam outras funções na produção social como um todo, com o proprietário fundiário etc. A mais-valia divide-se, portanto, em diferentes partes. Suas frações cabem a categorias diferentes de pessoas e recebem formas diferentes, independentes umas das outras, tais como lucro, juro, ganho comercial, renda da terra etc. Essas formas mudadas da mais-valia somente podem ser tratadas no Livro Terceiro.

Supomos aqui, portanto, por um lado, que o capitalista que produz a mercadoria a vende por seu valor, sem nos determos mais com sua volta ao mercado, nem com as novas formas que o capital assume na esfera de circulação, nem com as condições concretas da reprodução ocultas nessas formas. Por outro lado, consideramos o produtor capitalista como proprietário da mais-valia inteira ou, se se quiser, como representante de todos os participantes no butim. Encaramos, portanto, de início a acumulação em abstrato, isto é, como mero momento do processo direto de produção.

De resto, na medida em que a acumulação se realiza, o capitalista consegue

vender a mercadoria produzida e retransformar em capital o dinheiro recebido por ela. Além disso: o fracionamento da mais-valia em diversas partes nada muda em sua natureza nem nas condições necessárias em que ela se torna elemento da acumulação. Qualquer que seja a proporção da mais-valia que o produtor capitalista retém para si mesmo ou cede a outros, ele sempre se apropria dela em primeira mão. O que, portanto, é pressuposto em nossa apresentação da acumulação, é pressuposto de seu processo real. Por outro lado, o fracionamento da mais-valia e o movimento mediador da circulação obscurecem a simples forma básica do processo de acumulação. Por isso, sua análise pura exige a abstração provisória de todos os fenômenos que escondem o jogo interno de seu mecanismo.

Reprodução Simples

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução.

As condições da produção são ao mesmo tempo as condições da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem retransformar continuamente parte de seus produtos em meios de produção ou em elementos da nova produção. Permanecendo constantes as demais circunstâncias, ela só pode reproduzir ou manter sua riqueza na mesma escala substituindo os meios de produção, isto é, meios de trabalho, matérias-primas e matérias auxiliares, consumidos, por exemplo, durante o ano, *in natura*, por um quantum igual de novos exemplares, separados da massa anual de produtos e incorporados, de novo, ao processo de produção. Determinado quantum do produto anual pertence, portanto, à produção. Destinado desde a origem ao consumo produtivo, esse quantum existe, em grande parte, sob formas naturais que por si mesmas excluem o consumo individual.

Se a produção tem forma capitalista, então a terá a reprodução. Como no modo de produção capitalista o processo de trabalho só aparece como um meio para o processo de valorização, assim a reprodução aparece apenas como um meio para reproduzir o valor adiantado como capital, isto é, como valor que se valoriza. Uma pessoa só encarna a personagem econômica do capitalista porque seu dinheiro funciona continuamente como capital. Se, por exemplo, a quantia adiantada de 100 libras esterlinas se transformou, neste ano, em capital e produziu uma mais-valia de 20 libras esterlinas, então terá de repetir a mesma operação no ano seguinte etc. Como incremento periódico do valor do capital, ou fruto periódico do capital em processamento, a mais-valia recebe a forma de uma *revenue*¹ que provém do capital.¹

¹ "Os ricos, que consomem os produtos do trabalho dos outros, obtêm-nos apenas por atos de troca (compras de mercadorias). Por isso, parecem expostos a um esgotamento iminente de seus fundos de reserva. (...) Mas na ordem social, a riqueza recebeu a força de reproduzir-se por meio de trabalho alheio. (...) A riqueza, como o trabalho e por meio do trabalho, fornece um fruto anual, que pode ser destruído todo ano sem que o rico se torne mais pobre. Esse fruto é a *revenue* que provém do capital." (SISMONDI. *Nouv. Princ. d'Écon. Pol.* t. I, p. 81-82.)

¹ Renda. (N. dos T.)

Se essa *revenue* serve ao capitalista apenas como fundo de consumo ou é despendida com a mesma periodicidade com que é ganha, então tem lugar, permanecendo constantes as demais circunstâncias, reprodução simples. Embora esta seja mera repetição do processo de produção na mesma escala, essa mera repetição ou continuidade imprime ao processo certas características novas ou, antes, dissolve as características aparentes que possui como episódio isolado.

O processo de produção é iniciado com a compra da força de trabalho por determinado tempo, e esse início se renova constantemente, tão logo o prazo de venda do trabalho esteja vencido, tendo decorrido determinado período de produção, semana, mês etc. O trabalhador, porém, só é pago depois de sua força de trabalho ter se efetivado e realizado tanto seu próprio valor como a mais-valia, em mercadorias. Ele produziu, dessa forma, tanto a mais-valia, que consideramos por enquanto apenas como fundo de consumo do capitalista, quanto o fundo de seu próprio pagamento, o capital variável, antes que este retorne a ele sob a forma de salário, e ele só fica ocupado enquanto não deixa de reproduzi-lo. Daí provém a fórmula dos economistas, mencionada no capítulo XVI, II, que apresenta o salário como participação no próprio produto.² É uma parte do produto reproduzido continuamente pelo próprio trabalhador, que reflui constantemente para ele na forma de salário. O capitalista paga-lhe, contudo, o valor das mercadorias em dinheiro. Mas o dinheiro não é nada mais que a forma transformada do produto do trabalho. Enquanto o trabalhador transforma parte dos meios de produção em produto, retransforma-se parte de seu produto anterior em dinheiro. É com seu trabalho da semana anterior ou do último meio ano que seu trabalho de hoje ou do próximo meio ano será pago. A ilusão, gerada pela forma monetária, desaparece imediatamente tão logo sejam consideradas a classe capitalista e a classe trabalhadora em vez do capitalista individual e do trabalhador individual. A classe capitalista dá constantemente à classe trabalhadora, sob forma monetária, títulos sobre parte do produto produzido por esta e apropriado por aquela. Esses títulos, o trabalhador os restitui, do mesmo modo constante, à classe capitalista e retira-lhe, com isso, aquela parte de seu próprio produto que é atribuída a ele. A forma mercadoria do produto e a forma monetária da mercadoria disfarçam a transação.

O capital variável, portanto, é apenas uma forma histórica particular em que aparece o fundo dos meios de subsistência ou fundo de trabalho, de que o trabalhador necessita para sua própria manutenção e reprodução e que em todos os sistemas de produção social ele mesmo sempre tem de produzir e reproduzir. O fundo de trabalho só flui constantemente para ele sob a forma de meios de pagamento de seu trabalho, porque seu próprio produto afasta-se constantemente dele sob a forma de capital. Mas essa forma de aparição do fundo de trabalho em nada altera o fato de que o capitalista adianta ao trabalhador seu próprio trabalho objetivado.³ Tomemos, por exemplo, um camponês submetido à corvéia. Ele trabalha com seus próprios meios de produção em seu próprio campo, por exemplo, 3 dias por semana. Nos outros 3 dias da semana realiza a corvéia na propriedade senhorial. Ele reproduz constantemente seu próprio fundo de trabalho e este, em relação a ele, não assume nunca a forma de meios de pagamento adiantados por um terceiro, por seu trabalho. Em compensação, seu trabalho forçado não-pago não assume nunca a forma de trabalho voluntário e pago. Se amanhã o senhor feudal se apropriasse do campo, dos animais de tiro, das sementes, numa só palavra, dos

² "Salários, como também lucros, devem ser considerados partes do produto acabado." (RAMSAY, *An Essay on the Distribution of Wealth*. Edimburgo, 1836. p. 142). "A participação no produto, que cabe ao trabalhador sob a forma de salário." (MILL, *J. Elements etc.* — Tradução de Parisot, Paris, 1823. p. 33-34.)

³ "Quando se emprega capital para adiantar ao trabalhador seu salário, nada se adiciona ao fundo para a manutenção do trabalho." (CAZENOVE em nota à sua ed. de Malthus, *Definitions in Polit. Econ.* Londres, 1853. p. 22.)

meios de produção do camponês submetido à corvéia, este, daí em diante, teria de vender sua força de trabalho ao senhor. Não se alterando as demais circunstâncias, trabalharia, depois como antes, 6 dias por semana, 3 dias para si mesmo e 3 dias para o ex-senhor feudal, transformado agora em senhor do salário. Continuará, depois como antes, desgastando os meios de produção como meios de produção e transferindo seu valor ao produto. Depois como antes, determinada parte do produto continuaria entrando na reprodução. Mas como a corvéia assume forma de trabalho assalariado, o fundo de trabalho depois como antes produzido e reproduzido pelo servo assume a forma de um capital adiantado a este pelo senhor feudal. O economista burguês, cujo cérebro limitado não é capaz de distinguir a forma de manifestação do que nela se manifesta, fecha os olhos ao fato de que até hoje o fundo de trabalho aparece apenas excepcionalmente sobre o globo terrestre na forma de capital.⁴

O capital variável, porém, só perde o significado de um valor adiantado a partir do fundo próprio do capitalista^{4a} se consideramos o processo de produção capitalista no fluxo contínuo de sua renovação. Mas ele tem de começar em algum lugar e em algum momento. A partir de nosso ponto de vista, desenvolvido até agora, é provável portanto que alguma vez o capitalista se tornou possuidor de dinheiro em virtude de uma acumulação primitiva, independente de trabalho alheio não-pago, e por isso pôde pisar no mercado como comprador de força de trabalho. Entretanto, a mera continuação do processo de produção capitalista ou a reprodução simples efetuam, contudo, outras mudanças notáveis, que atingem não somente o capital variável, mas também o capital global.

Se a mais-valia produzida periodicamente, por exemplo, anualmente, por um capital de 1 000 libras esterlinas, for de 200 libras esterlinas e se essa mais-valia for consumida todos os anos, é claro que, depois de repetir-se o mesmo processo durante 5 anos, a soma da mais-valia consumida será $= 5 \times 200$, ou igual ao valor do capital originalmente adiantado de 1 000 libras esterlinas. Se a mesma mais-valia fosse apenas parcialmente consumida, por exemplo só pela metade, teríamos o mesmo resultado, após 10 anos de repetição do processo de produção, pois $10 \times 100 = 1 000$. Em geral: o valor do capital adiantado dividido pela mais-valia consumida anualmente dá o número de anos, ou de períodos de reprodução, ao cabo dos quais o capital adiantado originalmente foi consumido pelo capitalista e, portanto, desapareceu. A concepção do capitalista de que ele consome o produto do trabalho alheio não-pago, a mais-valia, e mantém o capital original não pode alterar absolutamente nada no fato. Ao final de certo número de anos, o valor do capital que possui é igual à soma da mais-valia apropriada durante o mesmo número de anos, sem equivalente, e a soma do valor consumido por ele é igual ao valor do capital original. Certamente ele mantém um capital nas mãos, cuja grandeza não se alterou, do qual parte, edifícios, máquinas etc., já existia quando pôs seu negócio em andamento. Trata-se, porém, aqui, do valor do capital e não de seus componentes materiais. Se alguém consome sua propriedade inteira assumindo dívidas que se igualam ao valor dessa propriedade, então toda a propriedade representa apenas a soma total de suas dívidas. E do mesmo modo, quando o capitalista consumiu o equivalente de seu capital adiantado, o valor desse capital representa apenas a soma global da mais-valia de que se apropriou gratuitamente. Não subsiste nenhum átomo de valor de seu antigo capital.

⁴ "Nem sequer num quarto da Terra os meios de subsistência dos trabalhadores são adiantados a eles pelos capitalistas." (JONES, Richard. *Textbook of Lectures on the Polit. Economy of Nations*. Hertford, 1852. p. 36.)

^{4a} "Embora o *manufacturer*" (isto é, trabalhador da manufatura) "tenha seu salário adiantado pelo patrão, ele não acarreta a este, na realidade, nenhum custo, pois o valor do salário junto com um lucro é reconstituído geralmente no valor enobrecido do objeto, ao qual foi aplicado seu trabalho." (SMITH, A. *Op. cit.*, Livro Segundo. Cap. III, p. 355.)

Abstraindo toda acumulação, a mera continuidade do processo de produção, ou a reprodução simples, transforma após um período mais ou menos longo necessariamente todo capital em capital acumulado ou mais-valia capitalizada. Se, ao entrar no processo de produção, ele tenha sido propriedade pessoal adquirida mediante trabalho de seu aplicador, mais cedo ou mais tarde torna-se valor apropriado sem equivalente ou materialização, seja em forma monetária ou outra, de trabalho alheio não-pago.

Vimos no capítulo IV: para transformar dinheiro em capital não bastava a existência de produção de mercadorias e circulação de mercadorias.² Antes tinham de defrontar-se, aqui, possuidores de valor ou dinheiro, lá, possuidores da substância criadora de valor; aqui, possuidores de meios de produção e de subsistência, lá, possuidores de nada mais que a força de trabalho; desempenhando os papéis de compradores e vendedores. A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e sua força subjetiva de trabalho, era a base realmente dada, o ponto de partida do processo de produção capitalista.

Mas o que era, no princípio, apenas ponto de partida, é produzido e perpetuado sempre de novo, por meio da mera continuidade do processo, da reprodução simples, como resultado próprio da produção capitalista. Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meios de valorização e de satisfação para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou — fonte pessoal de riqueza, mas despojado de todos os meios, para tornar essa riqueza realidade para si. Como, ao entrar no processo, seu próprio trabalho já está alienado dele, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, este se objetiva, durante o processo, continuamente em produto alheio. Como o processo de produção é, ao mesmo tempo, o processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que explora a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que empregam o produtor.⁵ O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado.⁶ Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a condição *sine qua non*³ da produção capitalista.

O consumo do trabalhador é de dupla espécie. Na própria produção, ele consome meios de produção, mediante seu trabalho, e os transforma em produtos de valor mais elevado que o do capital adiantado. Esse é seu consumo produtivo. Ele é simultaneamente consumo de sua força de trabalho pelo capitalista que a comprou. Por outro lado, o trabalhador utiliza o dinheiro pago pela compra da força

⁵ "Isso é uma propriedade particularmente notável do consumo produtivo. O que é consumido produtivamente é capital e torna-se capital mediante o consumo." (MILL, J. Op. cit., p. 242). J. Mill, contudo, não descobriu a pista dessa "propriedade particularmente notável".

⁶ "É de fato verdade que a primeira introdução de uma manufatura ocupa muitos pobres, mas eles continuam pobres e a permanência da manufatura produz muitos mais deles." (*Reasons for a Limited Exportation of Wool*. Londres, 1677. p. 19.) "O arrendatário afirma agora, contra toda razão, que ele mantém os pobres. Na verdade são mantidos na miséria." (*Reasons for the Late Increase of poor Rates: Or a Comparative View of the Prices of Labour and Provisions*. Londres, 1777. p. 31.)

² 4.ª edição: produção de valor. (N. da Ed. Alemã.)

³ Indispensável. (N. dos T.)

de trabalho em meios de subsistência: esse é seu consumo individual. O consumo produtivo e o individual do trabalhador são, portanto, inteiramente diferentes. No primeiro, atua como força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, pertence a si mesmo e executa funções vitais fora do processo de produção. O resultado do primeiro é a vida do capitalista, o do outro é a vida do próprio trabalhador.

Ao considerar a "jornada de trabalho" etc., mostrou-se oportunamente que o trabalhador é com frequência forçado a fazer de seu consumo individual mero incidente do processo de produção. Nesse caso, ele se abastece de meios de subsistência a fim de manter sua força de trabalho em andamento, como se abastece de água e carvão a máquina a vapor e de óleo a roda. Nesse caso, seus meios de consumo são simples meios de um meio de produção; seu consumo individual, consumo diretamente produtivo. Isso parece ser, entretanto, um abuso não essencial ao processo de produção capitalista.⁷

A coisa muda de figura tão logo consideramos não o capitalista individual e o trabalhador individual, mas a classe capitalista e a classe trabalhadora, não o processo de produção da mercadoria isolado, mas o processo de produção capitalista, em seu fluxo e em sua dimensão social. Quando o capitalista converte parte de seu capital em força de trabalho, valoriza com isso seu capital global. Mata dois coelhos com uma só cajadada. Ele lucra não apenas daquilo que recebe do trabalhador, mas também daquilo que lhe dá. O capital alienado no intercâmbio por força de trabalho é transformado em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora é portanto retransformação dos meios de subsistência, alienados pelo capital por força de trabalho, em força de trabalho de novo explorável pelo capital. Esse consumo é produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador continua sendo, pois, um momento da produção e reprodução do capital, quer ocorra dentro, quer fora da oficina, da fábrica etc., quer dentro quer fora do processo de trabalho, exatamente como a limpeza da máquina, se esta ocorre durante o processo de trabalho ou durante determinadas pausas do mesmo. Em nada altera a coisa se o trabalhador realiza seu consumo individual por amor a si mesmo e não ao capitalista. Assim, o consumo do animal de carga não deixa de ser um momento necessário do processo de produção, porque o animal se satisfaz com o que come. A constante manutenção e reprodução da classe trabalhadora permanece a condição constante para a reprodução do capital. O capitalista pode deixar tranqüilamente seu preenchimento a cargo do impulso de autopreservação e procriação dos trabalhadores. Ele apenas cuida de manter o consumo individual deles o mais possível nos limites do necessário e está muito longe daquela brutalidade sul-americana, que obriga o trabalhador a ingerir alimentos mais substanciosos em vez de menos substanciosos.⁸

É por isso que o capitalista e seu ideólogo, o economista político, consideram produtiva apenas a parte do consumo individual do trabalhador, que é exigida pa-

⁷ Rossi não enfatizaria tanto esse ponto se houvesse realmente penetrado no segredo da *productive consumption*.⁹

⁸ "Os trabalhadores das minas da América do Sul, cuja ocupação diária (talvez a mais pesada do mundo) consiste em levar sobre os ombros uma carga de 200 libras de peso, de uma profundidade de 450 pés à superfície, vivem apenas de pão e feijão; eles dariam preferência apenas ao pão como alimento, mas seus senhores, havendo descoberto que somente com o pão não podem trabalhar tanto, tratam-nos como cavalos e os obrigam a comer feijão; o feijão é relativamente mais rico em fosfato de cálcio que o pão." (LIEBIG, *Die Chemie in ihrer Anwendung auf Agricultur und Physiologie*. 1862. Parte Primeira. p. 194, nota.)

⁹ Consumo produtivo. (N. dos T.)

ra a perpetuação da classe trabalhadora, que portanto, de fato, tem de ser consumida para que o capital consuma a força de trabalho; o que, além disso, o trabalhador possa consumir para seu próprio prazer, é consumo improdutivo.⁹ Se a acumulação do capital causasse uma elevação do salário e, portanto, um aumento dos meios de consumo do trabalhador, sem consumo de mais força de trabalho pelo capital, o capital adicional teria sido consumido improdutivamente.¹⁰ De fato: o consumo individual do trabalhador é para ele mesmo improdutivo, pois reproduz apenas o indivíduo necessitado; ele é produtivo para o capitalista e para o Estado, posto que produz a força produtora de riqueza alheia.¹¹

Do ponto de vista social, a classe trabalhadora é, portanto, mesmo fora do processo direto de trabalho, um acessório do capital, do mesmo modo que o instrumento morto de trabalho. Mesmo seu consumo individual, dentro de certos limites, é apenas um momento do processo de reprodução do capital. O processo, porém, faz com que esses instrumentos de produção autoconscientes não fujam ao remover constantemente seu produto do pólo deles para o pólo oposto do capital. O consumo individual cuida, por um lado, de sua própria manutenção e reprodução, por outro, mediante destruição dos meios de subsistência, de seu constante reaparelamento no mercado de trabalho. O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis. A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua dos padrões individuais e pela *fictio juris*⁴ do contrato.

Antigamente, o capital fazia valer, onde lhe parecia necessário, seu direito de propriedade sobre o trabalhador livre, por meio da coação legal. Assim, por exemplo, a emigração de operadores de máquinas estava proibida na Inglaterra, até 1815, sob pena de pesada punição.

A reprodução da classe trabalhadora implica, ao mesmo tempo, a transmissão e a acumulação da habilidade de uma geração para outra.¹² A extensão em que o capitalista conta a existência de tal classe trabalhadora hábil entre as condições de produção a ele pertencentes, considerando-a, de fato, a existência real de seu capital variável, revela-se assim que uma crise ameaça causar sua perda. Em consequência da guerra civil americana e da crise do algodão que a acompanhou, como se sabe, a maioria dos trabalhadores algodoeiros em Lancashire foi jogada na rua. Do seio da própria classe trabalhadora, como de outras camadas da sociedade, ergueu-se um clamor pelo apoio do Estado ou por uma coleta nacional voluntária, a fim de possibilitar a emigração dos "supérfluos" para as colônias inglesas ou para os Estados Unidos. Naquela ocasião, o *Times* (de 24 de março de 1863) publicou uma carta de Edmund Potter, ex-presidente da Câmara de Comércio de Manchester. Sua carta foi chamada, com razão, na Câmara dos Comuns, de "manifesto dos fabricantes".¹³ Damos aqui algumas passagens características, em que se apresenta, sem rodeios, o título de propriedade do capital sobre a força de trabalho.

⁹ MILL, James. *Op. cit.*, p. 238 et seqs.

¹⁰ "Se o preço do trabalho subisse tanto, que apesar do acréscimo de capital não se pudesse empregar mais trabalho, então eu diria que tal acréscimo de capital é consumido improdutivamente." (RICARDO. *Op. cit.*, p. 163.)

¹¹ "O único consumo produtivo em sentido próprio é o consumo ou a destruição de riqueza" (ele se refere ao consumo dos meios de produção) "por capitalistas para fins de reprodução. (...) O trabalhador (...) é um consumidor produtivo para a pessoa que o emprega, e para o Estado, mas, falando estritamente, não para si mesmo." (MALTHUS. *Definitions etc.* p. 30.)

¹² "A única coisa da qual se pode dizer que é armazenada e preparada com antecipação é a habilidade do trabalhador. (...) A acumulação e o armazenamento de trabalho hábil, essa importantíssima operação realiza-se, no que se refere à grande massa dos trabalhadores, sem nenhum capital." (HODGSKIN. *Labour Defended etc.* p. 12-13.)

¹³ "Essa carta pode ser considerada o manifesto dos fabricantes." (FERRAND, *Moção sobre o cotton famine*,^o sessão da Câmara dos Comuns de 27 de abril de 1863.)

³ Carência de algodão. (N. dos T.)

⁴ Ficção jurídica. (N. dos T.)

“Aos trabalhadores algodoeiros se poderia dizer que sua oferta é grande demais (...) ela teria de ser reduzida, talvez, de 1/3, e então surgiria uma saudável demanda para os 2/3 restantes. (...) A opinião pública insiste na emigração. (...) O patrão” (isto é, o fabricante de algodão) “não pode ver de boa vontade que sua oferta de trabalho se afaste; ele pode pensar que isso é tão injusto como equivocados. (...) Se a emigração for sustentada com fundos públicos, ele tem direito de pedir que seja ouvido e talvez de protestar.”

O mesmo Potter prossegue explicando quão útil é a indústria de algodão e como “ela indubitavelmente drenou a população da Irlanda e dos distritos agrícolas ingleses”; quão imensa é sua extensão; como ela, no ano de 1860, forneceu 5/13 de todo o comércio inglês de exportação e como logo em poucos anos expandir-se-á de novo mediante a ampliação do mercado, particularmente o da Índia, e mediante a consecução de suficiente “oferta de algodão a 6 pence a libra”. E continua então:

“O tempo — 1, 2, 3 anos talvez — produzirá a quantidade necessária. (...) Eu gostaria então de perguntar se não se deve conservar essa indústria, se não vale a pena manter a maquinaria” (quer dizer, as máquinas vivas de trabalho) “em ordem e se não é a maior loucura pensar em abandoná-la! Eu penso isso. Admito que os trabalhadores não são propriedade (*I allow that the workers are not a property*), que não são propriedade de Lancashire ou dos patrões; eles são, porém, a força de ambos; são a força espiritual e instruída que numa geração não poderá ser substituída; a outra maquinaria, com que trabalham (*the mere machinery which they work*), ao contrário, poderia, em grande parte, ser substituída com vantagem e melhorada em 12 meses.¹⁴ Encorajem ou permitam (!) a emigração da força de trabalho, e que será do capitalista? (*Encourage or allow the working power to emigrate, and what of the capitalist?*)”

Esse grito aflitivo lembra o marechal da corte Kalb.^{5*}

“(...) Tirem a nafa dos trabalhadores, e o capital fixo será desvalorizado em alto grau e o capital circulante não se exporá à luta com oferta restrita de uma espécie inferior de trabalho. (...) Dizem-nos que os próprios trabalhadores desejam a emigração. É muito natural que façam isso. (...) Reduzam, comprimam o negócio do algodão mediante a retirada de suas forças de trabalho (*by taking away its working-power*) pela diminuição de seu dispêndio em salários, digamos em 1/3 ou 5 milhões, e que será então da próxima classe acima deles, os pequenos merceeiros? Que será da renda da terra, do aluguel das *cottages*? (...) Do pequeno arrendatário, do proprietário de casas mais bem situado e do proprietário fundiário? E digam agora se qualquer outro plano pode ser mais suicida para todas as classes do país do que este, de enfraquecer a na-

¹⁴ Recordar-se que o mesmo capital fala com outro tom, em circunstâncias ordinárias, quando se trata de rebaixar o salário. Então declaram “os patrões” em uníssono (ver Seção IV, nota 188): “Os trabalhadores de fábrica deviam manter em salutar memória que seu trabalho é, de fato, uma espécie muito baixa de trabalho qualificado; que não há nenhum outro mais fácil de ser assimilado e que em consideração à sua qualidade seja mais bem remunerado; que nenhum outro mediante breve instrução pode ser ensinado ao menos experiente em tão pouco tempo com tanta abundância. A maquinaria do patrão” (a qual, como ouvimos agora, pode ser substituída em 12 meses com vantagens e melhorada) “desempenha, de fato, papel muito mais importante no negócio da produção do que o trabalho e a habilidade do trabalhador” (que agora nem em 30 anos podem ser substituídos), “os quais podem ser ensinados em 6 meses de instrução e qualquer camponês pode aprender”.

^{5*} Marx faz alusão aqui ao comportamento do marechal da corte Von Kalb na tragédia de Schiller *Kabale und Liebe*. Na cena II do ato III, Kalb se recusa, de início, a participar da intriga que é tramada pelo presidente da corte de um príncipe alemão. Em consequência disso, o presidente ameaça com sua renúncia, que significaria simultaneamente a queda do marechal da corte. Serenamente chocado brada Kalb: “E eu? — O senhor tem um bom discurso! O senhor é um homem estudado! Mas eu — *mon Dieu!* O que sou eu então, se sua alteza me demitir?” (N. da Ed. Alemã.)

ção pela exportação de seu melhores trabalhadores fabris e pela desvalorização de parte de seu capital e de sua riqueza mais produtivos? Eu aconselho um empréstimo de 5 a 6 milhões, distribuído em 2 ou 3 anos, administrado por comissários especiais, agregados à administração dos pobres nos distritos algodoeiros, sob regulações legislativas especiais, com certo trabalho forçado para manter elevados os valores morais dos que recebem esmolas. (...) Pode haver algo pior para proprietários fundiários ou patrões (*can anything be worse for landowners or masters*) do que renunciar a seus melhores trabalhadores, desmoralizando e desapontando os restantes, mediante emigração extensa e esvaziante e esvaziamento de valor e capital de toda uma província?"

Potter, o órgão escolhido dos fabricantes de algodão, distingue duas espécies de "maquinaria", ambas pertencentes ao capitalista, das quais uma permanece na fábrica, enquanto a outra reside à noite e aos domingos externamente em *cottages*. Uma está morta, a outra viva. A maquinaria morta não apenas piora e se desvaloriza cada dia, mas grande parte de sua massa existente, por causa do contínuo progresso técnico, envelhece constantemente tanto que é vantajoso substituí-la, em poucos meses, por maquinaria mais nova. A maquinaria viva melhora, ao contrário, quanto mais ela dura, quanto mais acumula em si a habilidade de gerações. O *Times* respondeu ao magnata fabril entre outras coisas:

"O Sr. E. Potter está tão impressionado pela importância extraordinária e absoluta dos industriais do algodão que, para manter essa classe e perpetuar seu negócio, quer encarcerar meio milhão da classe trabalhadora, contra sua vontade, numa grande *Workhouse* moral. Merece essa indústria ser mantida? — pergunta o Sr. Potter. Seguramente, por todos os meios honrados, respondemos nós. Vale a pena manter a maquinaria em ordem? — pergunta outra vez o Sr. Potter. Aqui ficamos perplexos. Por maquinaria entende o Sr. Potter a maquinaria humana; pois ele assegura que não pretende tratá-la como propriedade absoluta. Temos de confessar que não achamos que 'valha a pena' ou mesmo que seja possível manter a maquinaria humana em ordem, isto é, encarcerá-la e lubrificá-la até que dela se necessite. A maquinaria humana tem a propriedade de se enferrujar durante a inatividade, por mais que se a lubrifique e esfregue. Além disso, a maquinaria humana, como a experiência acaba de nos ensinar, é capaz por si de aumentar a pressão do vapor e rebentar ou de perder as estribeiras, em nossas grandes cidades. Pode ser, como diz o Sr. Potter, que um tempo mais longo seja necessário para a reprodução dos trabalhadores, porém, com maquinistas e dinheiro à mão, encontraremos sempre homens ativos, duros e industriais para deles fabricar mais mestres de fábrica do que jamais poderíamos utilizar. (...) O Sr. Potter fala de uma reanimação da indústria em 1, 2, 3 anos e reclama de nós que não se encoraje ou permita a emigração da força de trabalho! Ele diz ser natural que os trabalhadores desejem emigrar, mas ele acha que a nação deve encarcerar esse meio milhão de trabalhadores juntamente com os 700 mil que dependem deles, a despeito de seus desejos, nos distritos algodoeiros e, como consequência necessária, sufocar pela força seu descontentamento, sustentando-os com esmolas, tudo pela possibilidade de que os patrões algodoeiros venham a necessitar deles de novo algum dia. (...) É chegada a hora em que a grande opinião pública dessas ilhas deve fazer algo para salvar 'essa força de trabalho' daqueles que querem tratá-la como tratam o carvão, o ferro e o algodão (*to save this working power from those who would deal with it as they deal with iron, coal and cotton*)".¹⁵

O artigo do *Times* era apenas um *jeu d'esprit*.^{6*} A "grande opinião pública" era, na verdade, a opinião do Sr. Potter, de que os trabalhadores fabris eram acessórios

¹⁵ *Times*, 24 de março de 1863.

^{6*} Jogo de espírito. (N. dos T.)

móveis das fábricas. Sua emigração foi impedida.¹⁶ Encarcerou-se os trabalhadores na "Workhouse moral" dos distritos algodoeiros e continuaram sendo, depois como antes, "a força (*the strenght*) dos industriais algodoeiros de Lancashire".

O processo de produção capitalista reproduz, portanto, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para se enriquecer.¹⁷ Já não é a casualidade que contrapõe capitalista e trabalhador como comprador e vendedor no mercado. É a armadilha do próprio processo que lança o último constantemente de novo ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e sempre transforma seu próprio produto no meio de compra do primeiro. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista. Sua servidão econômica¹⁸ é, ao mesmo tempo, mediada e escondida pela renovação periódica da venda de si mesmo, pela troca de seus padrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho.¹⁹

O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado.²⁰

¹⁶ O Parlamento não votou nenhum *farthing* para a emigração, mas apenas leis, que capacitavam as municipalidades para manter os trabalhadores entre vida e morte ou explorá-los, sem pagamento de salários normais. Quando, ao contrário, 3 anos depois estalou a peste do gado, o Parlamento rompeu descontroladamente a própria etiqueta parlamentar e votou, num piscar de olhos, milhões para a indenização dos milionários senhores de terras, cujos arrendatários de toda maneira já se tinham compensado dos prejuízos aumentando o preço da carne. O mugido bestial dos proprietários fundiários, quando da abertura do Parlamento em 1866, comprovou que não se precisa ser hindu para adorar a vaca Sabala, nem Júpiter para transformar-se num boi.

¹⁷ "O trabalhador demandava meios de subsistência para viver, o chefe demandava trabalho para ganhar." (SISMONDI. *Op. cit.*, p. 91.)

¹⁸ Uma forma camponesa tosca dessa servidão existe no condado de Durham. É esse um dos poucos condados em que as condições não asseguram ao arrendatário título irrestrito de propriedade sobre os jornaleiros agrícolas. A indústria de mineração oferece aos últimos uma alternativa. O arrendatário, em oposição à regra, só aceita aqui, portanto, em arrendamento, terras nas quais encontram-se *cottages* para os trabalhadores. O aluguel das *cottages* constitui parte do salário. Essas *cottages* denominam-se *hind's houses*.^b Elas são alugadas aos trabalhadores sob determinadas obrigações feudais, sob um contrato chamado *bondage* (servidão) e que obriga o trabalhador, por exemplo, a colocar em seu lugar sua filha etc., durante o tempo em que esteja ocupado em outra parte. O trabalhador mesmo chama-se *bondsman*.^c Essa relação mostra também o consumo individual do trabalhador como consumo para o capital ou consumo produtivo — de um lado totalmente novo: "É curioso observar como o próprio excremento desse *bondsman* conta como emolumento pago por ele a seu patrão calculista. (...) O arrendatário não permite, em toda a vizinhança, nenhuma latrina que não a sua e não tolera a esse respeito nenhuma diminuição de seu direito de suserano". (*Public Health*, VII, *Rep.* 1864, p. 188.)

¹⁹ Recordar-se que, no trabalho das crianças etc., mesmo a formalidade da venda de si mesmo desaparece.

²⁰ "O capital pressupõe o trabalho assalariado, o trabalho assalariado o capital. Condicionam-se reciprocamente e se criam reciprocamente. Um trabalhador, numa fábrica de algodão, produz apenas tecidos de algodão? Não, ele produz capital. Ele produz valores que servem de novo para comandar seu trabalho e para criar mediante o mesmo novos valores." (MARX, Karl. "Lohnarbeit und Kapital". In: *N[eue] Rh[einische] Z[eitung]*, n.º 266, de 7 de abril de 1849.) Os artigos que, com esse título, foram publicados na *N. Rh. Z.* são fragmentos das conferências que dei em 1847 sobre aquele tema, na Associação dos Trabalhadores Alemães em Bruxelas,^d e cuja impressão foi interrompida pela revolução de fevereiro.

^a Um quarto de pêni. (N. dos T.)

^b Casas de trabalhadores agrícolas. (N. dos T.)

^c Servo. (N. dos T.)

^d A Associação dos Trabalhadores Alemães (*Deutscher Arbeiterverein*) foi fundada por Marx e Engels em Bruxelas, no final de agosto de 1847, para esclarecer politicamente os trabalhadores alemães residentes na Bélgica e para dar a conhecer a eles as idéias do comunismo científico. Sob a direção de Marx e Engels, assim como de seus companheiros de lutas, essa associação transformou-se num centro legal, em torno do qual juntaram-se as forças revolucionárias proletárias na Bélgica. Os melhores elementos da Associação aderiram à comunidade de Bruxelas da Liga dos Comunistas. A Associação desempenhou destacado papel na fundação da Sociedade Democrática de Bruxelas. Logo após a revolução de fevereiro de 1848, na França, tendo a polícia belga detido e expulsado os membros da Sociedade, a Associação dos Trabalhadores Alemães encerrou suas atividades. (N. da Ed. Alemã.)

Transformação de Mais-Valia em Capital

1. Processo de produção capitalista em escala ampliada. Conversão das leis de propriedade da produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista

Anteriormente tivemos de considerar como a mais-valia se origina do capital, agora, como o capital se origina da mais-valia. Aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital.²¹

Consideremos, primeiro, esse processo do ponto de vista do capitalista individual. Suponhamos que um fiandeiro, por exemplo, tenha adiantado um capital de 10 mil libras esterlinas; 4/5 do qual em algodão, máquinas etc., o último quinto em salário. Que produza anualmente 240 mil libras de fio, no valor de 12 mil libras esterlinas. Com uma taxa de mais-valia de 100%, a mais-valia se encontra no mais-produto ou produto líquido de 40 mil libras de fio, 1/6 do produto bruto, com um valor de 2 mil libras esterlinas, a ser realizado na venda. Uma soma no valor de 2 mil libras esterlinas é uma soma no valor de 2 mil libras esterlinas. Esse dinheiro não revela pelo cheiro e aparência que é mais-valia. O caráter de um valor enquanto mais-valia indica como ele chegou a seu possuidor, mas nada altera na natureza do valor ou do dinheiro.

Para transformar a soma recém-adicionada de 2 mil libras esterlinas em capital, o fiandeiro, permanecendo iguais as demais circunstâncias, adiantará 4/5 dela em compra de algodão etc. e 1/5 em compra de novos trabalhadores fiandeiros, que encontrarão no mercado os meios de subsistência cujo valor ele lhes adiantou. Então, o novo capital de 2 mil libras esterlinas funciona na fiação e proporciona, por seu lado, uma mais-valia de 400 libras esterlinas.

O valor do capital foi originalmente adiantado sob a forma de dinheiro; a mais-valia, ao contrário, existe, desde o princípio, como valor de determinada parte do produto bruto. Se este é vendido, transformado em dinheiro, o valor do capital readquire sua forma primitiva, mas a mais-valia muda seu modo de existência original. A partir desse momento, no entanto, valor do capital e mais-valia são am-

²¹ "Acumulação do capital: o emprego de parte da renda como capital." (MALTHUS. *Definitions etc.* Ed. Cazenove, p. 11.) "Transformação de renda em capital." (MALTHUS. *Princ. of Pol. Econ.* 2.ª Ed., Londres, 1836. p. 320)

bos somas de dinheiro e sua retransformação em capital executa-se de modo inteiramente idêntico. O capitalista aplica tanto um como a outra na compra de mercadorias, que o capacitam a recomençar a fabricação de seu artigo, e na verdade desta vez em escala ampliada. Mas, para comprar essas mercadorias, precisa encontrá-las prontas no mercado.

Seus próprios fios só circulam porque ele leva ao mercado seu produto anual, como todos os demais capitalistas também fazem com suas mercadorias. Mas, antes de essas mercadorias chegarem ao mercado, já faziam parte do fundo de produção anual, isto é, da massa global de objetos de toda a espécie em que se transforma, no decorrer do ano, a soma total dos capitais individuais ou o capital social global, do qual cada capitalista tem nas mãos apenas uma parte alíquota. As operações no mercado efetivam apenas a venda das partes componentes individuais da produção anual, enviam-nas de uma mão à outra, mas não podem aumentar a produção anual conjunta nem modificar a natureza dos objetos produzidos. Qual o uso que poderá ser feito do produto anual total, isso depende de sua própria composição, de nenhum modo, porém, da circulação.

Primeiramente, a produção anual tem de fornecer todos os objetos (valores de uso) com os quais têm de ser repostos os componentes materiais do capital consumidos no decorrer do ano. Deduzidos estes, resta o produto líquido ou o mais-produto, no qual se encontra a mais-valia. E de que se compõe esse mais-produto? Talvez de coisas destinadas a satisfazer às necessidades e aos apetites da classe capitalista, entrando, portanto, em seu fundo de consumo? Se isso fosse tudo, a mais-valia seria dissipada até a última migalha e teria lugar meramente reprodução simples.

Para acumular, precisa-se transformar parte do mais-produto em capital. Mas, sem fazer milagres, só se podem transformar em capital coisas que são utilizáveis no processo de trabalho, isto é, meios de produção e, além destas, coisas com as quais o trabalhador pode manter-se, isto é, meios de subsistência. Por conseguinte, parte do mais-trabalho anual tem de ser empregada na fabricação de meios adicionais de produção e de subsistência, em excesso sobre o quantum que foi necessário para a reposição do capital adiantado. Em uma palavra: a mais-valia só é transformável em capital porque o mais-produto, do qual é o valor, já contém os componentes materiais de um novo capital.^{21a}

Para fazer esses componentes funcionarem de fato como capital, a classe capitalista necessita de um acréscimo de trabalho. Caso a exploração dos trabalhadores já ocupados não deva crescer extensiva ou intensivamente, precisam ser empregadas forças de trabalho adicionais. Disso o mecanismo da produção capitalista também já cuidou, ao reproduzir a classe trabalhadora como classe dependente do salário, cujo salário comum basta não apenas para assegurar sua manutenção, mas também sua multiplicação. O capital precisa apenas incorporar essas forças de trabalho adicionais, anualmente fornecidas a ele em diferentes idades pela classe trabalhadora, aos meios de produção adicionais já contidos na produção anual e a transformação da mais-valia em capital está pronta. Considerada concretamente, a acumulação se reduz à reprodução do capital em escala progressiva. O circuito da

^{21a} É abstraído aqui o comércio de exportação, por meio do qual uma nação pode converter artigos de luxo em meios de produção ou de subsistência e vice-versa. Para apreender o objeto da investigação em sua pureza, livre de circunstâncias secundárias perturbadoras, temos de considerar o mundo do comércio como uma nação e pressupor que a produção capitalista se estabeleceu por toda parte e apoderou-se de todos os ramos industriais.

reprodução simples se altera e se transforma, na expressão de Sismondi, em uma espiral.^{21b}

Voltemos ao nosso exemplo. É a velha história: Abraão gerou Isaac, Isaac gerou Jacó etc.^{1*} O capital original de 10 mil libras esterlinas gera uma mais-valia de 2 mil libras esterlinas, que é capitalizada. O novo capital de 2 mil libras esterlinas gera uma mais-valia de 400 libras esterlinas; esta, por sua vez capitalizada, transformada portanto num segundo capital adicional, gera uma nova mais-valia de 80 libras esterlinas etc.

Nós abstraímos aqui a parte da mais-valia consumida pelo capitalista. Tampouco nos interessa, no momento, se os capitais adicionais são juntados ao capital original ou são separados dele para uma valorização autônoma; se o mesmo capitalista que os acumulou os explora, ou se ele os transfere a outros. Apenas não devemos esquecer que, ao lado dos novos capitais formados, o capital original continua a se reproduzir e a produzir mais-valia e que o mesmo vale para cada capital acumulado em relação ao capital adicional por ele produzido.

O capital original formou-se pelo adiantamento de 10 mil libras esterlinas. De onde as obtém seu possuidor? Por seu próprio trabalho e pelo de seus antepassados!, respondem-nos unanimemente os porta-vozes da Economia Política,^{21c} e essa suposição parece ser realmente a única coerente com as leis da produção de mercadorias.

Mas a coisa é totalmente diversa com o capital adicional de 2 mil libras esterlinas. Conhecemos exatamente seu processo de surgimento. É mais-valia capitalizada. Desde a origem, ele não contém nenhum átomo de valor que não derive de trabalho alheio não-pago. Os meios de produção, aos quais a força de trabalho adicional é incorporada, assim como os meios de subsistência, com os quais ela se mantém, não são mais do que componentes integrantes do mais-produto, o tributo que anualmente é extraído da classe trabalhadora pela classe capitalista. Quando esta, com parte do tributo, compra força de trabalho adicional daquela, mesmo por seu preço integral, de modo que se troque equivalente por equivalente — permanece sempre o velho procedimento do conquistador, que compra as mercadorias dos vencidos com seu próprio dinheiro roubado.

Quando o capital adicional ocupa seu próprio produtor, tem este, primeiramente, de continuar a valorizar o capital original e, além disso, de comprar de volta o produto de seu trabalho anterior com mais trabalho do que o que esse produto custou. Considerada como transação entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, não muda nada na coisa se com o trabalho não-pago dos trabalhadores até agora ocupados forem empregados trabalhadores adicionais. O capitalista talvez transforme o capital adicional numa máquina que joga na rua o produtor do capital adicional e o substitui por algumas crianças. Em todos os casos, a classe trabalhadora criou com o seu mais-trabalho deste ano o capital que no próximo ano ocupa-

^{21b} A análise da acumulação de Sismondi tem o grande defeito de que ele se contenta demais com a frase "conversão de renda em capital", sem investigar as condições materiais dessa operação.^o

^{21c} "O trabalho original ao qual seu capital deveu seu nascimento." (SISMONDI. *Op. cit.*, ed. Paris, t. I, p. 109.)

^o SISMONDI, Sismonde de. *Nouveaux Principes d'Économie Politique*. Paris, 1819, v. I, p. 119. (N. da Ed. Alemã.)

^{1*} Abraão gerou Isaac, Isaac gerou Jacó etc. — O evangelho de Mateus relata no capítulo 1 como a descendência de Abraão, o progenitor original dos israelitas, cresceu progressivamente e finalmente surgiu dela todo o povo judeu. (N. da Ed. Alemã.)

rá trabalho adicional.²² Isso é o que se denomina produzir capital mediante capital.

O pressuposto para a acumulação do primeiro capital adicional de 2 mil libras esterlinas foi uma soma no valor de 10 mil libras esterlinas, adiantada pelo capitalista e pertencente a ele em virtude de seu "trabalho original". O pressuposto do segundo capital adicional de 400 libras esterlinas, ao contrário, nada mais é que a acumulação prévia do primeiro, das 2 mil libras esterlinas, cuja mais-valia capitalizada ele é. Propriedade de trabalho passado não-pago aparece agora como a única condição para a apropriação presente de trabalho vivo não-pago, em dimensão sempre crescente. Quanto mais o capitalista houver acumulado, tanto mais poderá acumular.

Na medida em que a mais-valia, na qual consiste o capital adicional número I, foi o resultado da compra da força de trabalho por uma parte do capital original, compra que correspondeu às leis do intercâmbio de mercadorias e, juridicamente considerada, não pressupõe mais do que a livre disposição por parte do trabalhador sobre suas próprias capacidades, por parte do possuidor de dinheiro ou mercadorias sobre os valores que lhe pertencem; na medida em que o capital adicional número II etc. é simples resultado do capital adicional número I, consequência, portanto, daquela primeira relação; na medida em que cada transação isolada corresponde constantemente à lei do intercâmbio de mercadorias, isto é, o capitalista sempre compra a força de trabalho e o trabalhador sempre a vende, e queremos mesmo admitir que por seu valor real, a lei da apropriação ou lei da propriedade privada, baseada na produção de mercadorias e na circulação de mercadorias, evidentemente se converte mediante sua própria dialética interna, inevitável, em seu contrário direto. O intercâmbio de equivalentes, que apareceu como a operação original, se torceu de tal modo que se troca apenas na aparência, pois, primeiro, a parte do capital que se troca por força de trabalho nada mais é que uma parte do produto de trabalho alheio, apropriado sem equivalente, e segundo, ela não somente é repostada por seu produtor, o trabalhador, como este tem de repô-la com novo excedente. A relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se portanto apenas mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma, que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troque parte do trabalho alheio já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quantum maior de trabalho vivo alheio. Originalmente, o direito de propriedade apareceu nos fundado sobre o próprio trabalho. Pelo menos tinha de valer essa suposição, já que somente se defrontam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o meio de apropriação de mercadoria alheia porém é apenas a alienação da própria mercadoria e esta pode ser produzida apenas mediante trabalho. A propriedade aparece agora, do lado do capitalista, como direito de apropriar-se de trabalho alheio não-pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A separação entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, se originava em sua identidade.²³

Por mais que o modo de apropriação capitalista pareça ofender as leis originais da produção de mercadorias, ele não se origina de maneira alguma da violação mas, ao contrário, da aplicação dessas leis. Um breve retrospecto da seqüência

²² "O trabalho cria o capital antes de o capital empregar o trabalho." (*Labour creates capital before capital employs labour.*) (WAKEFIELD. E. G. *England and América*. Londres, 1833. v. II, p. 110.)

²³ A propriedade do capitalista sobre o produto do trabalho alheio "é estrita consequência da lei da apropriação, cujo princípio fundamental era, ao contrário, o título exclusivo de propriedade de cada trabalhador sobre o produto de seu próprio trabalho". (CHERBULIEZ. *Richesse ou Pauvreté*. Paris, 1841. p. 58. Af, entretanto, essa conversão dialética não é corretamente desenvolvida.)

das fases do movimento, cujo término é a acumulação capitalista, tornará isso mais uma vez claro.

Primeiro, vimos que a transformação original de uma soma de valor em capital se realizava inteiramente de acordo com as leis do intercâmbio. Um dos contraentes vende sua força de trabalho, o outro a compra. O primeiro obtém o valor de sua mercadoria, cujo valor de uso — o trabalho — é assim alienado ao segundo. Este transforma agora, os meios de produção já pertencentes a ele, com ajuda de trabalho do mesmo modo a ele pertencente, em novo produto, que por direito também lhe pertence.

O valor desse produto inclui: primeiro, o valor dos meios de produção consumidos. O trabalho útil não pode consumir esses meios de produção sem transferir seu valor ao novo produto; mas, para ser vendável, a força de trabalho tem de ser capaz de fornecer, no ramo industrial onde ela deve ser aplicada, trabalho útil.

O valor do novo produto inclui, de resto: o equivalente do valor da força de trabalho e uma mais-valia, precisamente porque o valor da força de trabalho vendida por determinado período de tempo, dia, semana etc., é menor do que o valor que seu uso cria durante esse tempo. O trabalhador, porém, recebeu em pagamento o valor de troca de sua força de trabalho e, com isso, alienou seu valor de uso — como é o caso em toda compra e venda.

O fato de que essa mercadoria particular força de trabalho tenha o peculiar valor de uso de fornecer trabalho, portanto de criar valor, em nada pode alterar a lei geral da produção de mercadorias. Se, portanto, a soma de valores adiantada em salário não reaparece simplesmente no produto, mas reaparece aumentada de uma mais-valia, isso não provém de o vendedor ter sido logrado, pois ele recebeu o valor de sua mercadoria, mas do consumo desta pelo comprador.

A lei do intercâmbio requer igualdade apenas para os valores de troca das mercadorias reciprocamente alienadas. Ela até mesmo exige, desde o princípio, a diversidade de seus valores de uso e não tem absolutamente nada a ver com seu consumo, que somente começa depois de realizado o negócio.

A transformação original do dinheiro em capital realiza-se na mais perfeita harmonia com as leis econômicas da produção de mercadorias e com o direito de propriedade delas derivado. Não obstante, ela tem por resultado:

1. que o produto pertence ao capitalista e não ao trabalhador;
2. que o valor desse produto, além do valor do capital adiantado, inclui uma mais-valia, a qual custou trabalho ao trabalhador, mas nada ao capitalista, e que todavia torna-se propriedade legítima deste;
3. que o trabalhador continuou a manter sua força de trabalho e pode vendê-la de novo, caso encontre comprador.

A reprodução simples é apenas a repetição periódica dessa primeira operação; cada vez, sempre de novo, dinheiro é transformado em capital. A lei não é, portanto, violada, ao contrário, ela obtém apenas a oportunidade de atuar permanentemente.

“Plusieurs échanges successifs n'ont fait du dernier que le représentant du premier”^{2*} (SISMONDI. *Op. cit.*, p. 70.)

^{2*} “Várias trocas sucessivas fazem do último apenas o representante do primeiro.” (N. dos T.)

E, sem embargo, vimos que a reprodução simples basta para imprimir a essa primeira operação — na medida em que foi enfocada como episódio isolado — um caráter totalmente modificado.

“Parmi ceux qui se partagent le revenu national, les uns” (os trabalhadores) “y acquièrent chaque année un nouveau droit par un nouveau travail, les autres” (os capitalistas) “y ont acquis antérieurement un droit permanent par un travail primitif.”^{3*} (SISMONDI. *Op. cit.*, p. 110-111.)

Como se sabe, a área do trabalho não é a única onde a primogenitura faz milagres.

Também não importa se a reprodução simples é substituída pela reprodução em escala ampliada, pela acumulação. Naquela, o capitalista esbanja toda a mais-valia; nesta, demonstra sua virtude burguesa pelo consumo de apenas uma parte e a transformação do resto em dinheiro.

A mais-valia é sua propriedade, ela jamais pertenceu a outro. Se a adianta para a produção, ele faz, exatamente como no dia em que pela primeira vez pisou no mercado, adiantamentos de seu próprio fundo. Que, dessa vez, esse fundo se origina do trabalho não-pago de seus trabalhadores, não altera absolutamente nada na coisa. Se o trabalhador B é ocupado com a mais-valia que o trabalhador A produziu, então, primeiro, A forneceu essa mais-valia sem que se tenha deduzido um real do justo preço de sua mercadoria, e, segundo, B não tem absolutamente nada a ver com esse negócio. O que B exige e tem direito de exigir é que o capitalista lhe pague o valor de sua força de trabalho.

“Tous deux gagnaient encore; l'ouvrier parce qu'on lui avançait les fruits de son travail” (deveria dizer: du travail gratuit d'autres ouvriers) “avant qu'il fût fait” (deveria dizer: avant que le sien ait porté de fruit); “le maître, parce que le travail de cet ouvrier valait plus que le salaire” (deveria dizer: produisait plus de valeur que celle de son salaire).^{4*} (SISMONDI. *Op. cit.*, p. 135.)

Todavia, a coisa assume figura inteiramente diferente se consideramos a produção capitalista no fluxo ininterrupto de sua renovação e se, em vez de lançarmos o olhar sobre o capitalista individual e o trabalhador individual, lançamos sobre a totalidade, a classe capitalista e, diante delas, a classe trabalhadora. Mas com isso aplicaríamos um padrão de medida que é totalmente estranho à produção de mercadorias.

Na produção de mercadorias defrontam-se apenas, independentes um do outro, vendedor e comprador. Suas relações recíprocas chegam ao fim no dia de vencimento do contrato concluído entre eles. Se a transação se repetir, será em consequência de novo contrato, que não tem nada a ver com o anterior e no qual somente por acaso o mesmo comprador e o mesmo vendedor estarão de novo reunidos.

Se a produção de mercadorias ou um procedimento a ela pertencente deve ser julgado segundo suas próprias leis econômicas, temos de considerar cada ato de intercâmbio por si mesmo, fora de qualquer conexão com o ato de intercâmbio que o precedeu e com o que o segue. É visto que compras e vendas são efetuadas

^{3*} “Entre aqueles que repartem entre si a renda nacional, uns” (os trabalhadores) “adquirem cada ano um novo direito a esta por meio de novo trabalho, outros” (os capitalistas) “já adquiriram anteriormente um direito permanente por meio de um trabalho primitivo.” (N. dos T.)

^{4*} “Os dois ainda ganhavam; o trabalhador, porque lhe adiantaram os frutos de seu trabalho” (deveria dizer: do trabalho gratuito de outros trabalhadores) “antes que ele o fizesse” (deveria dizer: antes que o dele tenha dado fruto); “o empresário, porque o trabalho desse trabalhador valia mais que seu salário” (deveria dizer: produziu mais valor do que o de seu salário). (N. dos T.)

apenas entre indivíduos isolados, é inadmissível procurar nelas relações entre classes sociais inteiras.

Por mais longa que seja a seqüência das reproduções periódicas e acumulações precedentes pelas quais tenha passado o capital que hoje funciona, este conserva sempre sua virgindade original. Enquanto em cada ato de troca — considerado isoladamente — são mantidas as leis do intercâmbio, o modo de apropriação pode experimentar um revolucionamento total sem que seja afetado, de forma alguma, o direito de propriedade adequado à produção de mercadorias. Esse mesmo direito vigora tanto no início, quando o produto pertence ao produtor e este, trocando equivalente por equivalente, pode enriquecer apenas mediante seu próprio trabalho, como também no período capitalista, em que a riqueza social em proporção sempre crescente torna-se propriedade daqueles que estão em condições de apropriar-se sempre de novo do trabalho não-pago de outros.

Esse resultado torna-se inevitável tão logo a força de trabalho é vendida livremente como mercadoria pelo próprio trabalhador. Mas também só a partir de então generaliza-se a produção de mercadorias, que se torna a forma típica de produção; somente a partir de então cada produto é, desde o início, produzido para a venda e toda a riqueza produzida passa pela circulação. Somente então, quando o trabalho assalariado se torna sua base, a produção de mercadorias impõe-se a toda a sociedade; mas também somente então ela desenvolve todas as suas potencialidades ocultas. Dizer que a interferência do trabalho assalariado falseia a produção de mercadorias significa dizer que a produção de mercadorias, para permanecer autêntica, não deve se desenvolver. Na mesma medida em que ela evolui, segundo suas próprias leis imanentes, até se tornar produção capitalista, as leis de propriedades inerentes à produção de mercadorias se convertem em leis de apropriação capitalista.²⁴

Viu-se que mesmo na reprodução simples todo o capital adiantado, como quer que tenha sido originalmente obtido, transforma-se em capital acumulado ou mais-valia capitalizada. Mas no fluxo da produção todo capital originalmente adiantado torna-se em geral uma grandeza evanescente (*magnitudo evanescens*, em sentido matemático) comparado com o capital diretamente acumulado, isto é, a mais-valia ou o mais-produto retransformado em capital, seja funcionando nas mãos de quem acumulou ou em mãos alheias. A Economia Política apresenta, por isso, o capital em geral como "riqueza acumulada" (mais-valia ou renda transformada) "que é empregada de novo para a produção de mais-valia",²⁵ ou também o capitalista como "possuidor do mais-produto".²⁶ O mesmo ponto de vista aparece apenas sob outra forma na expressão de que todo capital existente é juro acumulado ou capitalizado, pois o juro é uma simples fração da mais-valia.²⁷

2. Concepção errônea da reprodução em escala ampliada por parte da Economia Política

Antes de tratarmos de algumas determinações mais pormenorizadas da acu-

²⁴ Admire-se a astúcia de Proudhon, que quer eliminar a propriedade capitalista, fazendo valer em contraposição a ela as leis eternas da propriedade da produção de mercadorias.

²⁵ "Capital é riqueza acumulada, empregada para se obter lucro." (MALTHUS. *Op. cit.*, [p. 262].) "Capital (...) consiste em riqueza economizada da renda e utilizada para a obtenção de lucro." (JONES, R. *Textbook of Lectures on the Political Economy of Nations*. Hertford, 1852. p. 16.)

²⁶ "Os possuidores do mais-produto ou capital." (*The Source and Remedy of the National Difficulties. A Letter to Lord John Russell*. Londres, 1821. [p. 4].)

²⁷ "Capital, com os juros sobre cada parte do capital poupado, apodera-se de tudo a tal ponto, que toda a riqueza do mundo da qual renda é obtida já se transformou há muito tempo em juros de capital." (Londres, *Economist* de 19 de julho de 1851.)

mulação ou da retransformação da mais-valia em capital, cumpre esclarecer uma ambigüidade criada pela Economia clássica.

As mercadorias que o capitalista compra com parte da mais-valia para seu próprio consumo não lhe servem como meios de produção e valorização; do mesmo modo, o trabalho que compra para satisfazer às suas necessidades naturais e sociais não é trabalho produtivo. Em vez de transformar por meio da compra dessas mercadorias e desse trabalho a mais-valia em capital, ele, ao contrário, a consome ou despende como renda. Em face da velha mentalidade aristocrática, que, como Hegel corretamente diz, "consiste no consumo do existente"^{5*} e especificamente se expande também no luxo dos serviços pessoais, teve importância decisiva para a Economia burguesa preconizar a acumulação de capital como primeiro dever do cidadão e pregar de forma incansável: não se pode acumular, quando se come toda a renda, em vez de gastar-se boa parte dela na contratação de trabalhadores produtivos adicionais, que rendem mais do que custam. Por outro lado, a Economia burguesa teve de polemizar contra o preconceito popular, que confunde produção capitalista com entesouramento^{28*} e, por isso, imagina que riqueza acumulada seja riqueza que foi preservada da destruição em sua forma natural preexistente e, portanto, do consumo, ou seja, foi salva da circulação. Trançar o dinheiro para que não circule seria exatamente o contrário de sua valorização como capital, e acumulação de mercadorias com sentido de entesouramento, mera loucura.^{28a*} Acumulação de mercadorias em grandes quantidades é o resultado de uma paralisação da circulação ou de superprodução.^{29*} É certo que corre na imaginação popular, de um lado, o quadro dos bens acumulados no fundo de consumo dos ricos e que lentamente vão sendo consumidos; de outro lado, a formação de reservas, um fenômeno que pertence a todos os modos de produção e no qual nos deteremos por um momento, na análise do processo de circulação.

Até esse ponto, a Economia clássica está certa quando realça o consumo do mais-produto por trabalhadores produtivos, em vez de por improdutos, como momento característico do processo de acumulação. Entretanto, aqui começa também seu erro. A. Smith tornou moda representar a acumulação meramente como consumo do mais-produto por trabalhadores produtivos ou a capitalização da mais-valia com sua mera conversão em força de trabalho. Ouçamos, por exemplo, Ricardo:

"Deve-se compreender que todos os produtos de um país são consumidos; porém, faz a maior diferença imaginável saber se são consumidos por aqueles que reproduzem outro valor, ou por aqueles que não o reproduzem. Quando dizemos que a renda é poupada e adicionada ao capital, isso significa que a parte da renda da qual se diz ter sido adicionada ao capital é consumida por trabalhadores produtivos, em vez de por trabalhadores improdutos. Não existe maior erro que o de supor que o capital é aumentado pelo não-consumo".^{30*}

^{28*} "Nenhum economista político pode, hoje em dia, entender por poupar apenas entesourar: e abstraindo esse procedimento resumido e insuficiente, não se pode imaginar nenhum outro uso para essa expressão, em relação à riqueza nacional, que não aquele que deve provir dos diversos usos da poupança e que se baseia numa diferenciação real entre as diferentes espécies de trabalho que são mantidas por ela." (MALTHUS, *Op. cit.*, p. 38-39.)

^{28a*} Assim em Balzac, que estudou tão profundamente todos os matizes da avareza, o velho avarento Gobseck já se tornou infantilizado quando começa a formar para si um tesouro de mercadorias acumuladas.

^{29*} "Acumulação de capitais (...) cessação do intercâmbio (...) superprodução." (CORBET, *Th. Op. cit.*, p. 104.)

^{30*} RICARDO, *Op. cit.*, p. 163, nota.

Não existe maior erro do que o de A. Smith, que Ricardo e todos os economistas subsequentes repetem sem pensar, que:

“a parte da renda, da qual se diz ter sido adicionada ao capital, é consumida por trabalhadores produtivos”.

Segundo essa concepção, toda mais-valia que é transformada em capital tornar-se-ia capital variável. Ela se reparte, ao contrário, como valor original adiantado, em capital constante e capital variável, em meios de produção e força de trabalho. Força de trabalho é a forma em que o capital variável existe dentro do processo de produção. Nesse processo, ela mesma é consumida pelo capitalista. Ela consome, por intermédio de sua função — o trabalho — meios de produção. Ao mesmo tempo, o dinheiro pago na compra da força de trabalho transforma-se em meios de subsistência, que são consumidos não pelo “trabalho produtivo”, mas pelo “trabalhador produtivo”. A. Smith chega, por uma análise basicamente equivocada, ao resultado absurdo de que, ainda que todo capital individual se decomponha em parte constante e parte variável, o capital social se compõe somente de capital variável ou é gasto apenas em pagamento de salários. Um fabricante de panos, por exemplo, transforma 2 mil libras esterlinas em capital. Ele aplica parte do dinheiro na compra de tecelões e parte na de fios de lã, maquinaria para processar lã etc. As pessoas, porém, das quais ele compra os fios e a maquinaria, pagam de novo com parte do dinheiro obtido, trabalho etc., até que todas as 2 mil libras esterlinas sejam gastas no pagamento de salários ou até que todo o produto representado pelas 2 mil libras esterlinas seja consumido por trabalhadores produtivos. Vê-se: todo o peso desse argumento está na palavra “etc.”, que nos remete de Pôncio até Pilatos. Na realidade, A. Smith interrompe a investigação justamente onde começa sua dificuldade.³¹

Enquanto nos fixamos apenas no fundo da produção anual, o processo de reprodução anual é fácil de compreender. Mas todos os componentes da produção anual têm de ser levados ao mercado, e aí começa a dificuldade. Os movimentos dos capitais individuais e das rendas pessoais cruzam-se, misturam-se, perdem-se numa troca geral de posição — a circulação da riqueza social — que confunde a visão e propõe à investigação tarefas muito complicadas para resolver. Na Seção III do Livro Segundo farei a análise das verdadeiras conexões. — O grande mérito dos fisiocratas é terem feito, em seu *Tableau Économique*,^{6°} pela primeira vez a tentativa de dar um quadro da produção anual com a estrutura que tem ao sair da circulação.³²

³¹ Apesar de sua “lógica”, o Sr. J. St. Mill não atina nunca com a falha de tal análise errônea de seus antecessores, a qual mesmo dentro do horizonte burguês, do ponto de vista puramente profissional, clama por correção. Por toda parte, registra com dogmatismo de discípulo a confusão de pensamento de seus mestres. Aqui também: “visto a longo prazo, o capital dissolve-se totalmente em salário, e quando é repostado pela venda do produto, converte-se de novo em salário.”

³² A. Smith, na representação do processo de reprodução e, portanto, também no da acumulação, não só não fez, em vários sentidos, nenhum progresso, mas retrocessos decisivos em comparação com seus antecessores, ou seja, os fisiocratas. Relacionado com aquela sua função mencionada no texto está o dogma verdadeiramente fabuloso, por ele legado à Economia Política, de que o preço das mercadorias é formado por salário, lucro (juros) e renda da terra, assim, pois, exclusivamente por salário e mais-valia. Partindo dessa base, Storch, pelo menos, confessa ingenuamente: “É impossível decompor preço necessário em seus elementos mais simples”. (STORCH: *Op. cit.*, Petersburgo, ed. 1815. t. II, p. 141, nota.) Uma bela ciência econômica que declara ser impossível decompor o preço das mercadorias em seus elementos mais simples! Mais pormenores sobre isso encontrar-se-ão na Seção III do Livro Segundo e na Seção VII do Terceiro.

^{6°} O fisiocrata Quesnay empreendeu em seu escrito *Tableau Économique*, em 1758, pela primeira vez, a tentativa de uma representação esquemática da reprodução e circulação do capital social global. Marx utilizou a edição: QUESNAY, F. *Analyse du Tableau Économique* (1766) em *Physiocrates* ... par Eugène Daire, Parte Primeira, 1846. Marx trata minuciosamente do *Tableau Économique* em *Theorien ueber den Mehrwert*, Parte Primeira, cap. VI, no cap. X da Parte Segunda do livro de Engels *Anti-Duehring*, escrito por ele, e em *O Capital*, v. II, cap. XIX. (N. da Ed. Alemã.)

De resto, entende-se por si mesmo que a Economia Política, no interesse da classe capitalista, não deixou de explorar a proposição de A. Smith: que toda a parte do produto líquido transformada em capital é consumida pela classe trabalhadora.

3. Repartição da mais-valia em capital e renda. A teoria da abstinência

No capítulo anterior consideramos a mais-valia, respectivamente o mais-produto, apenas como fundo de consumo individual do capitalista, neste capítulo, até aqui, apenas como fundo de acumulação. Entretanto, ela não é apenas um ou apenas o outro, mas sim ambos ao mesmo tempo. Parte da mais-valia é consumida pelo capitalista como renda,³³ parte é aplicada como capital ou acumulada.

Com uma massa de mais-valia dada, uma dessas partes é tanto maior quanto menor for a outra. Permanecendo iguais as demais circunstâncias, é a proporção em que se realiza essa partilha que determina a grandeza da acumulação. Mas quem procede a essa partilha é o proprietário da mais-valia, o capitalista. Ela é, portanto, um ato de sua vontade. Da parte do tributo por ele recolhido, que ele acumula, diz-se que a poupa, porque não a consome, isto é, porque exerce sua função de capitalista, a saber, a função de se enriquecer.

Apenas na medida em que é capital personificado, tem o capitalista valor histórico e aquele direito histórico à existência que, como diz o espirituoso Lichnowski, nenhuma data tem.^{7*} Somente nessa medida sua própria necessidade transitória está embutida na necessidade transitória do modo de produção capitalista. Mas, nessa medida, também não é o valor de uso a satisfação, mas o valor de troca e sua multiplicação o móvel de sua ação. Como fanático da valorização do valor, ele força sem nenhum escrúpulo a humanidade à produção pela produção e, portanto, a um desenvolvimento das forças produtivas sociais e à criação de condições materiais de produção, que são as únicas que podem constituir a base real de uma forma de sociedade mais elevada, cujo princípio básico é o desenvolvimento livre e pleno de cada indivíduo. Apenas como personificação do capital, o capitalista é respeitável. Como tal, ele partilha com o entesourador o instinto absoluto do enriquecimento. O que neste, porém, aparece como mania individual, é no capitalista efeito do mecanismo social, do qual ele é apenas uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista faz do contínuo aumento do capital investido numa empresa industrial uma necessidade e a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas. Obriga-o a ampliar seu capital continuamente para conservá-lo, e ampliá-lo ele só o pode mediante acumulação progressiva.

Na medida em que sua ação e omissão são apenas funções do capital que nele é dotado de vontade e consciência, seu próprio consumo privado constitui para

³³ O leitor notará que a palavra *revenue* é usada em duplo sentido, primeiro, para designar a mais-valia como fruto que brota periodicamente do capital, e, segundo, para designar a parte desse fruto que o capitalista periodicamente consome ou que é adicionada a seu fundo de consumo. Eu mantenho esse duplo sentido, pois ele se harmoniza com a terminologia usada pelos economistas ingleses e franceses.

^{7*} O latifundiário reacionário silesiano Lichnowski tomou a palavra em 31 de agosto de 1848, na Assembléia Nacional de Frankfurt, e pronunciou-se contra o direito histórico da Polônia a uma existência independente. Para isso, ele utilizou várias vezes as palavras citadas acima, às quais os presentes responderam todas as vezes com grandes gargalhadas. Essa cena cômica foi em sua época reproduzida por Marx e Engels no jornal *Neue Rheinische Zeitung*. (N. da Ed. Alemã.)

ele um roubo contra a acumulação de seu capital, da mesma forma que na contabilidade italiana os gastos privados figuram na coluna de débito do capitalista contra o capital. A acumulação é conquista do mundo da riqueza social. Ela estende ao mesmo tempo a massa de material humano explorado e o domínio direto e indireto do capitalista.³⁴

Mas o pecado original atua em toda parte. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, da acumulação e da riqueza, o capitalista deixa de ser mera encarnação do capital. Ele sente um "enternecimento humano"³⁵ por seu próprio Adão e torna-se tão culto que chega a ridicularizar a paixão pela ascese, como preconceito do entesourador arcaico. Enquanto o capitalista clássico estigmatiza o consumo individual como pecado contra sua função e "abstinência" da acumulação, o capitalista moderno é capaz de conceber a acumulação como "renúncia" a seu instinto do prazer.

"Duas almas moram, ah! em seu peito, e uma deseja separar-se da outra!"³⁶

Nos primórdios históricos do modo de produção capitalista — e cada *parvenu* capitalista percorre individualmente essa fase — predomina a sede de riqueza e a avareza como paixões absolutas. Mas o progresso da produção capitalista não cria apenas um mundo de prazeres. Ele abre com a especulação e o sistema de crédito milhares de fontes de súbito enriquecimento. Em certo nível de desenvolvimento, um grau convencional de esbanjamento, que é ao mesmo tempo ostentação de riqueza e, portanto, meio de obter crédito, torna-se até uma necessidade do negócio para o "infeliz" capitalista. O luxo entra nos custos de representação do capital. Além do mais, o capitalista não se enriquece, como o entesourador, em proporção a seu trabalho pessoal e seu não-consumo pessoal, mas na medida em que ele extrai força de trabalho alheia e impõe ao trabalhador a renúncia a todos os prazeres da vida. Se bem que, por isso, o esbanjamento do capitalista não possuía nunca o

³⁴ Na forma arcaica, embora sempre renovada, do capitalista, ou seja, o usurário, Lutero ilustra muito bem a busca do poder como elemento da sede por riqueza. "Os pagãos puderam deduzir, pela razão, que um usurário era um quádruplo ladrão e assassino. Mas nós cristãos os mantemos em tão honrosa conta que quase os adoramos por seu dinheiro. (...) Quem extrai, rouba e furta o alimento de outro, comete um assassinato tão grande (no que lhe toca) como aquele que deixa alguém morrer de fome e o arruína por completo. Isso faz, porém, o usurário, enquanto fica sentado tranqüilamente em sua cadeira, quando deveria estar pendurado de uma forca e comido por tantos corvos quantos fossem os florins por ele roubados, desde que tivesse carne suficiente que tantos corvos pudessem fazê-la em pedaços e reparti-la entre si. Em lugar disso, enforcam-se os pequenos ladrões. (...) Pequenos ladrões ficam presos no cepo, os ladrões grandes se pavoneiam em ouro e seda. (...) Não há, assim, nenhum inimigo maior do homem sobre a Terra (depois do demônio) do que o avarento ou o usurário, pois ele quer ser Deus sobre todos os homens. Turcos, guerreiros, tiranos são também homens malignos, mas estes têm de deixar a gente viver e de confessar que são malignos e inimigos. E podem, até precisam, de vez em quando apiedar-se de alguns. Mas um usurário e avarento, este deseja que todo mundo pereça de fome e de sede, de tristeza e miséria, no que lhe concerne; pois ele quer tudo só para si e que todos recorram a ele, como a um Deus e se tornem eternamente seus servos. Vestem mantos, correntes de ouro, anéis, limpam a boca e fazem-se glorificar e passar por homens bons e virtuosos. (...) A usura é um grande e terrível monstro, como um lobisomem que devasta tudo, mais do que Caco, Gerião ou Anteu. E se enfeita todo e quer passar por piedoso, para que ninguém descubra onde foram parar os bois que ele leva recuando para seu antro. Mas Hércules há de ouvir os gritos dos bois e dos prisioneiros e buscará a Caco entre as rochas e quebradas e libertará os bois do perverso. Pois chama-se de Caco um perverso, que é um usurário virtuoso, que rouba, furta e devora tudo. E deseja passar como se não tivesse feito nada, e pensa que ninguém o descobrirá, porque os bois puxados por trás para seu antro deixam sinais e pegadas como se tivessem sido soltos. Portanto o usurário quer enganar o mundo, como se fosse útil e desse bois ao mundo, enquanto os toma só para si e os devora. (...) E assim como se submetem ao suplício da roda e se decapitam os assaltantes de estrada, os assassinos e os ladrões, com muito mais razão todos os usurários deveriam passar pela roda e ser mortos (...) expulsos, amaldiçoados e decapitados. (LUTHER, Martin. *An die Pfarrerherm wider den Wucher zu predigen*. Vermanung, Wittenberg, 1540.)"

³⁵ Ver a nota a à nota 96 do Cap. III, (v. I, t. 1, p. 113). (N. do T.)

³⁶ SCHILLER. *Die Buergschaft*. (N. da Ed. Alemã.)

³⁷ Citação modificada do *Fausto* de Goethe. Parte Primeira. "Em Frente da Porta da Cidadê". (N. da Ed. Alemã.)

caráter de *bona fide*¹⁰ do esbanjamento do pródigo senhor feudal, pois no fundo espreita sempre a mais suja avareza e o cálculo mais angustioso, seu esbanjamento cresce, contudo, com sua acumulação, sem que um precise prejudicar a outra. Com isso desenvolve-se, ao mesmo tempo, no coração do capitalista um conflito fáustico entre o impulso a acumular e o instinto do prazer.

“A indústria de Manchester”, diz-se num escrito publicado pelo Dr. Aikin, em 1795, “pode ser dividida em quatro períodos. No primeiro, os fabricantes eram forçados a trabalhar duro por seu sustento.”

Eles enriqueceram-se particularmente furtando os pais que lhes mandavam os filhos como *apprentices* (aprendizes) e para isso tinham de pagar pesadamente, enquanto os aprendizes eram esfaimados. Por outro lado, os lucros médios eram baixos e a acumulação exigia grande economia. Eles viviam como entesouradores e não consumiam sequer os juros de seu capital.

“No segundo período, eles começaram a adquirir pequenas fortunas, mas trabalhavam assim mesmo tão duramente como antes”, pois a exploração direta do trabalho custa trabalho, como todo feitor de escravos sabe, “e viviam, depois como antes, no mesmo estilo frugal. (...) No terceiro período começou o luxo e o negócio foi ampliado mediante o envio de cavaleiros” (*berittenen Commiss voyageurs*¹¹) “para receber ordens em cada cidade mercantil do reino. É provável que poucos capitais, ou mesmo nenhum, de 3 mil até 4 mil libras esterlinas, adquiridos na indústria, existissem antes de 1690. Por esse tempo, porém, ou talvez um pouco mais tarde, os industriais já tinham acumulado dinheiro e começaram a construir casas de pedra, em vez de madeira e argamassa. (...) Ainda nos primeiros decênios do século XVIII, um fabricante de Manchester que servisse a seus hóspedes um jarro de vinho estrangeiro expunha-se aos comentários e ao menear de cabeça de todos os seus vizinhos.”

Antes do aparecimento da maquinaria, o consumo noturno dos fabricantes nas tabernas, onde se reuniam, nunca excedia 6 pence para um copo de ponche e 1 pêni para um rolo de tabaco. Somente em 1758, e isso fez época, viu-se

“uma pessoa realmente engajada no negócio com sua própria carruagem. O quarto período”, o último terço do século XVIII, “é o de grande luxo e esbanjamento, apoiados pela ampliação do negócio”.³⁵

Que diria o bom Dr. Aikin, se ressuscitasse hoje em Manchester!

Acumulai, acumulai! Isso é Moisés e os profetas!¹²

“A indústria fornece o material que a poupança acumula.”³⁶

Portanto, poupai, poupai, isto é, retransformai a maior parte possível da mais-valia ou do mais-produto em capital! A acumulação pela acumulação, produção

³⁵ AIKIN, Dr. *Description of the Country from 30 to 40 Miles round Manchester*. Londres, 1795. p. [181] 182 et seqs. [188].

³⁶ SMITH, A. *Op. cit.*, Livro Segundo, Cap. III, p. 367.

¹⁰ De boa fé. (N. dos T.)

¹¹ Calxeiros-viajantes a cavalo. (N. dos T.)

¹² Segundo a antiga legenda cristã, os livros do Velho Testamento da Bíblia foram escritos por Moisés e grande número de profetas. Os cinco livros de Moisés, em especial, constituem a Lei, na religião judaica. Marx emprega aqui essa expressão no sentido: Isso é o principal! Isso é o mandamento mais importante! (N. da Ed. Alemã.)

pela produção, nessa fórmula a Economia clássica expressou a vocação histórica do período burguês. Ela não se enganou em nenhum momento sobre as dores do nascimento da riqueza,³⁷ mas para que serve a lamentação diante de uma necessidade histórica? Se para a Economia clássica o proletário é apenas uma máquina para a produção de mais-valia, o capitalista vale para ela também apenas como uma máquina para a transformação dessa mais-valia em mais-capital. Ela toma sua função histórica amargamente a sério. Para exorcizar o desgraçado conflito entre o instinto do prazer e a sede de riqueza, que lhe corta o coração, Malthus defendia, no começo dos anos 20 deste século, uma divisão do trabalho que atribui ao capitalista realmente engajado na produção o negócio de acumulação, aos outros participantes da mais-valia, a aristocracia rural, os prebendados do Estado, da Igreja etc., o negócio do esbanjamento. É da maior importância, diz ele,

“manter-se separadas a paixão pelo gasto e a paixão pela acumulação”. (*the passion for expenditure and the passion for accumulation*).³⁸

Os senhores capitalistas, há muito transformados em gozadores e homens do mundo, protestaram. O quê!, exclamou um de seus porta-vozes, um ricardiano, o Sr. Malthus prega altas rendas da terra, altos impostos etc., para que os industriais sejam continuamente esporeados pelos consumidores improdutivos! Por certo, produção, produção em escala sempre mais ampliada, é a palavra-de-ordem mas

“a produção mediante tal processo será mais obstruída do que incentivada. Nem é muito justo (*nor is it quite fair*) manter na ociosidade certo número de pessoas, apenas para pressionar outras, de cujo caráter pode-se concluir (*who are likely, from their characters*) que se fosse possível forçá-las a funcionar, funcionariam com sucesso”.³⁹

Por mais injusto que ele ache aguilhoar o capitalista industrial à acumulação, tirando-lhe a manteiga do pão, tão necessário lhe parece limitar o salário do trabalhador ao mínimo possível, “para mantê-lo laborioso”. Também não oculta, em nenhum momento, que a apropriação de trabalho não-pago é o segredo da extração de mais-valia.

“A demanda ampliada por parte dos trabalhadores nada mais significa que sua disposição para tomar, menos para si mesmos de seu próprio produto e para deixar uma parte maior para seus empregadores; e quando se diz que isso, mediante a redução do consumo” (por parte dos trabalhadores) “acarreta *glut*” (saturação do mercado, superprodução), “posso apenas responder que *glut* é sinônimo de lucros altos.”⁴⁰

A erudita controvérsia sobre o modo mais profícuo para a acumulação distribuir, entre o capitalista industrial e o ocioso proprietário de terras etc., o butim extraído do trabalhador emudeceu em face da Revolução de Julho. Logo após, o proletariado urbano tocou o sino de alarme em Lyon e o proletariado rural começou na Inglaterra a atear fogo em fazendas. Desse lado do canal, grassava o, owe-

³⁷ O próprio J.-B. Say diz: “As poupanças dos ricos são feitas à custa dos pobres”. “O proletariado romano vivia quase inteiramente à custa da sociedade. (...) Poder-se-ia dizer que a sociedade moderna vive à custa dos proletários, da parte que ela lhes tira da remuneração do trabalho”. (SISMONDI. *Études* etc. t. I, p. 24.)

³⁸ MALTHUS. *Op. cit.*, p. 319-320.

³⁹ *An Inquiry into those Principles Respecting the Nature of Demand* etc. p. 67.

⁴⁰ *Op. cit.*, p. 59.

nismo, do outro lado, o saint-simonismo e o fourierismo. A hora da Economia vulgar tinha soado. Justamente um ano antes de descobrir, em Manchester, que o lucro do capital (inclusive juros) é produto da "última décima segunda hora de trabalho" não-paga, Nassau W. Senior anunciou ao mundo outra descoberta.

"Eu", disse ele solenemente, "substituo a palavra capital, considerado como instrumento de produção, pela palavra abstinência."⁴¹

Uma insuperável amostra essa das "descobertas" da Economia vulgar. Ela substitui uma categoria econômica por uma frase sicofanta. *Voilà tout*.

"Quando o selvagem", pontifica Senior, "fabrica arcos, exerce uma indústria, mas não pratica a abstinência."

Isso nos explica como e por que nas condições sociais pretéritas, "sem a abstinência" do capitalista, foram fabricados instrumentos de trabalho.

"Quanto mais a sociedade progride, tanto mais abstinência ela exige",⁴²

a saber, por parte daqueles que exercem a indústria de se apropriar da indústria alheia e do produto desta. Todas as condições do processo de trabalho transformam-se de agora em diante em outras tantas práticas de abstinência do capitalista. Que o trigo não seja apenas comido, mas também semeado, abstinência do capitalista! Que o vinho obtenha o tempo para terminar de fermentar, abstinência do capitalista!⁴³ O capitalista rouba a seu próprio Adão, quando "empresta ao trabalhador os instrumentos de produção" (!), aliás, mediante incorporação de força de trabalho, os valoriza como capital, em vez de comer máquinas a vapor, algodão, es-

⁴¹ SENIOR. *Principles Fondamentaux de l'Econ. Pol.* Trad. Arrivabene, Paris, 1836. p. 309. Para os partidários da antiga escola clássica isso passou da medida. "O Sr. Senior substitui as expressões trabalho e capital pelas expressões trabalho e abstinência. (...) Abstinência é mera negação. Não é a abstinência, mas o uso do capital produtivamente empregado que constitui a fonte do-lucro." (CAZENOVE, John. *Op. cit.*, p. 130, nota.) O Sr. J. St. Mill, ao contrário, re-produz, por um lado, a teoria do lucro de Ricardo e anexa, por outro, a *remuneration of abstinence* de Senior. Por alheia que lhe seja a "contradição" hegeliana, a fonte geradora de toda a dialética, tanto mais versado, ele é em contradições triviais.

Adendo à 2.ª edição. Ao economista vulgar não ocorreu jamais a simples reflexão de que toda ação humana pode ser concebida como "abstinência" de seu contrário. Comer é abstinência de jejuar, andar é abstinência de estar parado, trabalhar é abstinência de folgar, folgar abstinência de trabalhar etc. Os senhores fariam bem se meditassem uma vez sobre essa proposição de Espinosa: *Determinatio est negatio*.^b

⁴² SENIOR. *Op. cit.*, p. 342-343.

⁴³ "Nenhum ser humano (...) por exemplo, semeará seu trigo e o deixará ficar um ano embaixo da terra ou guardará seu vinho por anos na adega, em vez de consumir imediatamente essas coisas ou seus equivalentes (...) se não espera obter um valor adicional etc." (SCROPE. *Polit. Econom.* Ed. de A. Potter, Nova York, 1841, p. 133.)^c

^a Remuneração da abstinência. (N. dos T.)

^b A fórmula *determinatio est negatio* (determinação é negação) encontra-se numa carta de Espinosa a um não-nominado, 2 de junho de 1674 (ver a Correspondência de Baruch de Espinosa, carta 50), onde é usada no sentido: limitação ou determinação é negação. A fórmula *omnis determinatio est negatio* e sua interpretação no sentido de que "toda determinação é a negação" encontramos nas obras de Hegel, mediante as quais essa expressão alcançou ampla divulgação. (Ver: *Enzyklopaedie der philosophischen Wissenschaften*. Parte Primeira, § 91, adendo; *Die Wissenschaft der Logik*. Livro Primeiro. Parte Primeira. Cap. II: "b. Qualitaet"; *Vorlesungen ueber die Geschichte der Philosophie*. Parte Primeira. Seção I, Cap. I, parágrafo sobre Parmênides.) (N. da Ed. Alemã.)

^c Aqui é mencionado o livro de Potter *Political Economy: its Objects, Uses, and Principles*. Nova York, 1841. Como se depreende da introdução, grande parte do livro é em essência uma cópia dos dez primeiros capítulos do escrito de Scrope, *Principles of Political Economy*, que foi publicado na Inglaterra em 1833. Potter efetuou aqui algumas alterações. (N. da Ed. Alemã.)

tradas de ferro, esterco, animais de tração etc. ou, como o economista vulgar infantilmente imagina, de dissipar "seu valor" em luxos e outros meios de consumo.⁴⁴ Como a classe capitalista deva cometer isso é até aqui um segredo teimosamente guardado pela Economia vulgar. Basta, o mundo vive somente da automortificação desse moderno penitente de Vixnu, o capitalista. Não apenas a acumulação, também a simples

"manutenção de um capital exige um esforço constante para resistir à tentação de comê-lo".⁴⁵

É preciso pois, por simples humanidade, libertar o capitalista desse martírio e tentação, do mesmo modo que foi recentemente libertado, pela abolição da escravidão, o senhor de escravos georgiano do doloroso dilema de dissipar em champanha todo o mais-produto extraído a chicote dos escravos negros ou de retransformá-lo parcialmente em mais negros e mais terras.

Nas mais diversas formações sócio-econômicas não apenas tem lugar reprodução simples, mas, embora em diferente medida, reprodução em escala ampliada. Produz-se progressivamente mais e se consome mais e, portanto, mais produto é transformado em meios de produção. Esse processo, contudo, não se apresenta como acumulação de capital e, por conseguinte, também não como função do capitalista, enquanto os meios de produção do trabalhador e portanto também seu produto e seus meios de subsistência não se confrontam com ele sob a forma de capital.⁴⁶ Richard Jones, falecido há alguns anos, sucessor de Malthus na cadeira de Economia Política na Universidade de Haileybury, nas Índias Orientais, discute isso bem a partir de dois importantes fatos. Como a maior parte do povo da Índia é composta por camponeses que produzem autonomamente seu produto, seus meios de trabalho e de subsistência nunca existem

"sob a forma (*in the shape*) de um fundo que é poupado de renda alheia (*saved from Revenue*), e que portanto percorreu um processo prévio de acumulação (*a previous process of accumulation*)".⁴⁷

Por outro lado, os trabalhadores não-agrícolas nas províncias onde o domínio inglês dissolveu em menor grau o velho sistema são ocupados diretamente pelos grandes, para os quais flui, como tributo ou renda da terra, uma porção do mais-produto rural. Parte desse produto é consumida *in natura* pelos grandes, parte é

⁴⁴ "A privação que o capitalista se impõe, ao emprestar seus meios de produção ao trabalhador" (esse eufemismo é utilizado para, de acordo com a provada mania da Economia vulgar, identificar o trabalhador assalariado, explorado pelo capitalista industrial, com o mesmo capitalista industrial, que toma dinheiro emprestado ao capitalista prestamista) "em vez de dedicar seu valor ao seu próprio uso, transformando-os em objetos úteis ou agradáveis." (MOLINARI, G. de, *Op. cit.*, p. 36.)

⁴⁵ "La conservation d'un capital exige (...) un effort (...) constant pour résister à la tentation de le consommer." (COURCIELL F-SENEUIL, *Traité Théorique et Pratique des Entreprises Industrielles*, Paris, 1857. p. 20.)

⁴⁶ "As classes de renda particulares que mais contribuem ao progresso do capital nacional variam segundo os diferentes níveis de seu desenvolvimento e são, por conseguinte, totalmente diferentes em nações que ocupam diferentes posições nesse desenvolvimento. (...) Lucros (...) fonte de acumulação sem importância, em comparação aos salários e rendas, nas fases anteriores da sociedade. (...) Quando tem lugar, de fato, um considerável incremento nas forças da indústria nacional, os lucros adquirem importância comparativamente maior como fonte de acumulação." (JONES, Richard, *Textbook etc.* p. 16; 21.)

⁴⁷ *Op. cit.*, p. 36 et seqs. (à 4.ª edição. — Aqui se trata possivelmente de um equívoco, pois o trecho não foi encontrado. — F. E.)

^o "A conservação de um capital exige (...) um esforço (...) constante para resistir à tentação de consumi-lo." (N. dos T.)

transformada para eles em artigos de luxo e demais meios de consumo pelos trabalhadores, enquanto o restante constitui o salário dos trabalhadores, que são proprietários de seus instrumentos de trabalho. Produção e reprodução em escala ampliada seguem aqui seu curso, sem nenhuma interferência desse santo milagroso, desse cavaleiro da triste figura, o capitalista "abstinente".

4. Circunstâncias que, independentemente da divisão proporcional da mais-valia em capital e renda, determinam o volume da acumulação: grau de exploração da força de trabalho — força produtiva do trabalho — diferença crescente entre capital aplicado e capital consumido — grandeza do capital adiantado

Pressuposta como dada a proporção em que a mais-valia se divide em capital e renda, a grandeza do capital acumulado reger-se-á evidentemente pela grandeza absoluta da mais-valia. Supondo-se que 80% sejam capitalizados e 20% consumidos, o capital acumulado será de 2 400 libras esterlinas ou de 1 200 libras esterlinas, conforme a mais-valia total tenha sido de 3 mil ou 1 500 libras esterlinas. Por conseguinte, todas as circunstâncias que determinam a massa da mais-valia participam na determinação da grandeza da acumulação. Resumimo-las aqui de novo, mas somente na medida em que nos ofereçam novos pontos de vista em relação à acumulação.

Recordar-se-á que a taxa de mais-valia, em primeira instância, depende do grau de exploração da força de trabalho. A Economia Política atribui tanta importância a esse papel, que ocasionalmente identifica a aceleração da acumulação pela elevação da força produtiva do trabalho com sua aceleração mediante elevação da exploração do trabalhador.⁴⁸ Nas seções sobre a produção de mais-valia, foi suposto constantemente que o salário era pelo menos igual ao valor da força de trabalho. A redução forçada do salário abaixo desse valor desempenha, contudo, no movimento prático, papel demasiadamente importante para que não nos detenhamos nela por um momento. Essa redução transforma, de fato, dentro de certos limites, o fundo necessário de consumo do trabalhador em um fundo de acumulação de capital.

"Salários", diz J. St. Mill, "não têm força produtiva; eles são o preço de uma força produtiva; salários não contribuem, ao lado do próprio trabalho, para a produção de mercadorias, tampouco o preço da própria maquinaria. Se trabalho pudesse ser obtido sem compra, os salários seriam supérfluos."⁴⁹

Se os trabalhadores, porém, pudessem viver do ar, não seria possível comprá-los por nenhum preço. O seu não-custo é portanto um limite em sentido matemático, sempre inalcançável, ainda que sempre aproximável. É constante tendência do capital rebaixar os trabalhadores a esse nível niilista. Um escritor do século XVIII, freqüentemente citado por mim, o autor do *Essay on Trade and Commerce*, trai o segredo mais íntimo da alma do capital inglês, quando declara como missão vital

⁴⁸ "Ricardo diz: 'Em diferentes estágios da sociedade, a acumulação do capital ou dos meios de empregar trabalho' (isto é, de explorá-lo) "é mais ou menos rápida e tem, em todos os casos, de depender das forças produtivas do trabalho. As forças produtivas do trabalho são, em geral, maiores onde existe abundância de terras férteis'. Se nessa frase as forças produtivas do trabalho significarem a pequenez da parte alíquota de cada produto que cabe àqueles cujo trabalho manual o produz, a frase é tautológica, pois a parte restante é o fundo do qual, se seu proprietário o quiser (if the owner pleases), pode ser acumulado capital. Mas, em geral, esse não é o caso onde a terra é mais fértil." (*Observation on Certain Verbal Disputes etc.* p. 74.)

⁴⁹ MILLS, J. St. *Essays on some Unsettled Questions of Polit. Economy.* Londres, 1844. p. 90-91)

histórica da Inglaterra rebaixar o salário inglês ao nível do francês e do holandês.⁵⁰ Ele diz ingenuamente, entre outras coisas:

“Mas se nossos pobres” (expressão artística para trabalhadores) “desejam viver luxuosamente (...), seu trabalho tem naturalmente de ser caro. (...) Basta considerar a horripilante massa de coisas supérfluas (*heap of superfluities*) que nossos trabalhadores manufatureiros consomem, como aguardente, gin, chá, açúcar, frutas estrangeiras, cerveja forte, linhos estampados, rapé e fumo etc.”⁵¹

Ele cita o escrito de um fabricante de Northamptonshire que, com os olhos em direção aos céus, lamenta:

“O trabalho na França é todo 1/3 mais barato que na Inglaterra: pois os franceses pobres trabalham duramente e se tratam com dureza quanto à alimentação e vestuário, e seus consumos principais são pão, frutas, ervas, raízes e peixe seco; pois comem muito raramente carne e quando o trigo é caro, muito pouco pão”.⁵² “Acrece ainda”, prossegue o ensaísta, “que a bebida deles consiste em água ou licores fracos, de modo que, na realidade, gastam surpreendentemente pouco dinheiro. (...) Um estado semelhante de coisas é seguramente difícil de implantar, mas não é inalcançável, como demonstra sua existência tanto na França como na Holanda.”⁵³

Duas décadas mais tarde, um *humbug*^{13*} americano, o baronizado ianque Benjamin Thompson (aliás conde Rumford) perseguiu a mesma linha filantrópica, com muito agrado perante Deus e a humanidade. Seus *Essays* são um livro de cozinha com receitas de toda espécie, para substituir por sucedâneos os caros alimentos normais do trabalhador. Uma receita particularmente bem lograda desse prodigioso “filósofo” é a seguinte:

“Cinco libras de cevada, 5 libras de milho, 3 pence de arenque, 1 pêni de sal, 1 pêni de vinagre, 2 pence de pimenta e ervas — a soma de 20 3/4 pence dá uma sopa para 64 pessoas; com os preços médios dos cereais, o custo pode ser rebaixado a 1/4 de pêni” (menos ainda que 3 Pfennig) “por cabeça”.⁵⁴

⁵⁰ *An Essay on Trade and Commerce*. Londres, 1770. p. 44. Analogamente, o *Times* de dezembro de 1866 e janeiro de 1867 publicou os desabaços dos proprietários ingleses de minas, nos quais era descrita a situação feliz dos mineiros belgas, que não demandavam mais e nem recebiam mais do que o estritamente necessário para viverem para seus *masters*. Os trabalhadores belgas toleram muita coisa, mas figuram no *Times* como trabalhadores modelos! No início de fevereiro de 1867, a resposta foi dada pela greve, reprimida a pólvora e chumbo, dos mineiros belgas (perto de Marchienne).

⁵¹ *Op. cit.*, p. 44, 46.

⁵² O fabricante de Northamptonshire comete, levado pelo ímpeto do coração, uma perdoável *pia fraus*.^a Ele compara pretensamente a vida dos trabalhadores manufatureiros ingleses e franceses, mas, como ele mesmo depois em seu atordoamento confessa, com as palavras acima citadas ele descreve os trabalhadores agrícolas franceses!

⁵³ *Op. cit.*, p. 70-71. — Nota à 3.ª edição. Hoje graças à concorrência do mercado mundial, desde então estabelecida, nós estamos um bom pedaço adiante. “Se a China”, declara o parlamentar Stapleton a seus eleitores, “se tornar um grande país industrial, não vejo como a população trabalhadora européia poderia sustentar a luta, sem descer ao nível de seus concorrentes.” (*Times*, 3 de setembro de 1873.) — Não mais salários continentais; não, salários chineses, este é agora o objetivo almejado pelo capital inglês.

⁵⁴ THOMPSON, Benjamin. *Essays, Political, Economical, and Philosophical etc.* 3 v., Londres, 1796. — 1802, v. I, p. 294. Em seu *The State of the Poor, or an History of the Labouring Classes in England etc.*, Sir. F. M. Eden recomenda com fervor a sopa rumfordiana de mendigos aos dirigentes das *workhouses* e adverte os trabalhadores ingleses em tom de censura que “entre os escoceses existem muitas famílias que, em vez de consumirem trigo, centeio e carne, vivem por meses alimentando-se apenas com farinha de aveia e cevada misturadas com água e sal e ainda muito confortavelmente (*and that very comfortably too*)”. (*Op. cit.*, v. I, Livro Segundo. Cap. II, p. 503.) “Conselhos” semelhantes no século XIX. “Os trabalhadores agrícolas ingleses”, lê-se, por exemplo, “não querem comer nenhuma mistura de cereais de espécies inferiores. Na Escócia, onde a educação é melhor, esse preconceito é provavelmente desconhecido.” (PARRY, Charles H. *The Question of the Necessity of the Existing Comlaws Considered*. Londres, 1816. p. 69.) O mesmo Parry se queixa no entanto de que o trabalhador inglês teria decaído muito agora (1815) em comparação com a época de Eden (1797).

^a Mentira piedosa. (N. dos T.)

^{13*} Farsante. (N. dos T.)

Com o progresso da produção capitalista, a falsificação de mercadorias tornou os ideais de Thompson desnecessários.⁵⁵

Nos fins do século XVIII e durante as primeiras décadas do século XIX, os arrendatários e senhores de terra ingleses impuseram o salário absolutamente mínimo, pagando aos jornaleiros agrícolas menos que o mínimo sob a forma de salário, o resto, porém, sob a forma de ajuda paroquial. Um exemplo da farsa encenada pelos Dogberries ingleses na fixação "legal" da tarifa salarial:

"Quando os *squires*,¹⁴ em 1795, fixaram os salários para Speenhamland, já tinham almoçado, mas evidentemente pensaram que os trabalhadores não tinham necessidade disso. (...) Eles decidiram que o salário semanal por homem deveria ser de 3 xelins, se o pão com peso de 8 libras e 11 onças custasse 1 xelim, e que o salário deveria crescer regularmente até que o pão custasse 1 xelim e 5 pence. Tão logo ele subisse acima desse preço, o salário deveria diminuir proporcionalmente até que o preço do pão alcançasse 2 xelins; e então a alimentação do homem deveria ser 1/5 menos que antes".⁵⁶

Perante o comitê de inquérito da Câmara dos Lordes, em 1814, foi perguntado a um certo A. Bennett, grande arrendatário, magistrado, administrador da casa de pobres e regulador de salários:

"É observada alguma proporção entre o valor do trabalho diário e a ajuda paroquial aos trabalhadores?" Resposta: "Sim. A receita semanal de cada família é completada acima de seu salário nominal até o pão de 1 galão (8 libras e 11 onças) e 3 pence por cabeça. (...) Supomos que o pão de um galão seja suficiente para manter cada pessoa da família durante a semana; e os 3 pence são para roupas; e se a paróquia prefere ela mesma fornecer as roupas, os 3 pence são descontados. Essa prática predomina não apenas em toda a região a oeste de Wiltshire, mas, como acredito, em todo o país".⁵⁷ "Assim", exclama um escritor burguês daquela época, "os arrendatários degradaram, por anos, uma classe respeitável de seus conterrâneos, ao forçá-los a buscar refúgio na *workhouse*. (...) O arrendatário multiplicou seus próprios ganhos, ao impedir a acumulação do fundo de consumo mais indispensável do lado dos trabalhadores."⁵⁸

Que papel desempenha, hoje, o roubo direto ao fundo de consumo necessário do trabalhador para a formação da mais-valia e, portanto, do fundo de acumulação do capital, foi mostrado por exemplo pelo chamado trabalho a domicílio (ver cap. XIII 8, c.). Novos fatos no decorrer desta Seção.

Embora em todos os ramos industriais a parte do capital constante constituída de meios de trabalho tenha de ser suficiente para certo número de trabalhadores, determinado pelo tamanho do empreendimento, não é, entretanto, de forma alguma necessário que essa parte cresça sempre na mesma proporção que a quantidade de trabalho ocupada. Suponhamos que numa fábrica 100 trabalhadores com 8 horas de trabalho forneçam 800 horas de trabalho. Se o capitalista deseja aumen-

⁵⁵ Dos relatórios da última comissão parlamentar de inquérito sobre falsificação de alimentos vê-se que mesmo a falsificação dos medicamentos, na Inglaterra, constitui a regra e não a exceção. Por exemplo, o exame de 34 amostras de ópio, compradas em outras tantas farmácias de Londres, mostrou que 31 eram falsificadas com cápsula de papoula, farinha de trigo, pasta de borracha, argila, areia etc. Muitas não continham nenhum átomo de morfina.

⁵⁶ NEWNHAM, G. L. (*barrister at law*): *A Review of the Evidence before the Committees of the two Houses of Parliament on the Cornlaws*. Londres, 1815. p. 20, nota.

⁵⁷ *Op. cit.*, p. 19-20.

⁵⁸ PARRY, Ch. H. *Op. cit.*, p. 77, 69. Os senhores *landlords*, por sua vez, não só "se indenizaram" pela Guerra Antijacobina, que conduziram em nome da Inglaterra, mas também enriqueceram enormemente. "Suas rendas duplicaram, triplicaram, quadruplicaram e, em casos excepcionais, sextuplicaram em 18 anos." (*Op. cit.*, p. 100-101.)

¹⁴ Senhores rurais. (N. dos T.)

tar essa soma em metade, ele pode empregar 50 novos trabalhadores; então, porém, ele terá de adiantar também novo capital, não somente para salários, mas também para meios de trabalho. Mas ele pode ainda fazer os 100 trabalhadores antigos trabalhar 12 horas em vez de 8, e então os instrumentos de trabalho existentes serão suficientes, apenas se depreciarão mais rapidamente. Desse modo, o trabalho adicional, produzido por um atrelamento mais elevado da força de trabalho, pode aumentar o mais-produto e a mais-valia, a substância da acumulação, sem aumento proporcional da parte constante do capital.

Na indústria extrativa, nas minas, por exemplo, as matérias-primas não fazem parte do adiantamento de capital. O objeto de trabalho não é aqui produto de trabalho prévio, mas presenteado gratuitamente pela Natureza. São os minérios metálicos, minerais, carvão de pedra, pedras etc. O capital constante aqui consiste quase exclusivamente em meios de trabalho que podem suportar muito bem uma ampliação do quantum de trabalho (turnos diários e noturnos de trabalhadores, por exemplo). Porém, permanecendo constantes as demais circunstâncias, a massa e o valor do produto sobem em razão direta ao trabalho empregado. Como no primeiro dia da produção, aqui os formadores originais do produto, portanto também os formadores dos elementos materiais do capital, homem e Natureza vão juntos. Graças à elasticidade da força de trabalho, ampliou-se a área de acumulação sem aumento prévio do capital constante.

Na agricultura, não se pode ampliar a terra cultivada sem adiantamento de sementes e adubos adicionais. Mas, uma vez feito esse adiantamento, mesmo o cultivo puramente mecânico do solo exerce efeito milagroso sobre a quantidade do produto. A maior quantidade de trabalho, executada pelo número de trabalhadores até aqui em atividade, eleva assim a fertilidade, sem exigir novo adiantamento de meios de trabalho. É novamente a ação direta do homem sobre a Natureza que se torna fonte direta de acumulação acrescida, sem interferência de novo capital.

Por fim, na indústria propriamente dita, cada dispêndio adicional de trabalho pressupõe um dispêndio adicional correspondente de matérias-primas, mas não necessariamente de meios de trabalho. E, uma vez que a indústria extrativa e a agricultura fornecem à indústria fabril suas próprias matérias-primas e a de seus meios de trabalho, beneficia-se esta também pelo acréscimo de produção que aquelas realizaram sem aumento de capital adicional.

Resultado geral: ao incorporar as duas formadoras originais da riqueza, a força de trabalho e a terra, o capital adquire uma força expansiva que lhe permite estender os elementos de sua acumulação além dos limites aparentemente fixados por sua própria grandeza, fixados pelo valor e pela massa dos meios de produção já produzidos, nos quais tem sua existência.

Outro importante fator na acumulação do capital é o grau de produtividade do trabalho social.

Com a força produtiva do trabalho cresce a massa de produtos, na qual se representa determinado valor e, por conseguinte, também mais-valia de dada grandeza. Com taxa de mais-valia constante e mesmo decrescente, na medida em que ela decresça mais lentamente do que aumenta a força produtiva do trabalho, a massa do mais-produto cresce. Permanecendo constante a divisão da mesma em renda e capital adicional, pode, portanto, o consumo do capitalista crescer sem diminuição do fundo de acumulação. A grandeza proporcional do fundo de acumulação pode mesmo crescer à custa do fundo de consumo, enquanto o barateamento das mercadorias coloca à disposição do capitalista quantidade igual ou maior do que antes de meios de satisfação. Mas, com a crescente produtividade do trabalho, segue, como vimos, passo a passo, o barateamento do trabalhador, portanto crescente taxa de mais-valia, mesmo se o salário real aumenta. Ele nunca sobe proporcionalmente com a produtividade do trabalho. O mesmo valor em capital variável

coloca, pois, mais força de trabalho e, portanto, também mais trabalho em movimento. O mesmo valor em capital constante representa-se em mais meios de produção, isto é, mais meios de trabalho, material de trabalho e matérias auxiliares, fornecendo assim tanto mais formadores de produto como formadores de valor ou absorvedores de trabalho. Com valor constante ou mesmo decrescente do capital adicional tem lugar, portanto, acumulação acelerada. Não apenas amplia-se materialmente a escala da reprodução, mas a produção da mais-valia cresce mais rapidamente que o valor do capital adicional.

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho reage também sobre o capital original ou sobre o capital que já se encontra no processo de produção. Parte do capital constante em funcionamento consiste em meios de trabalho, como maquinaria etc., que apenas em períodos mais longos são consumidos e, portanto, reproduzidos ou substituídos por novos exemplares da mesma espécie. Cada ano, porém, parte desses meios de trabalho perece ou atinge o objetivo final de sua função produtiva. Essa parte encontra-se, portanto, cada ano, no estágio de sua reprodução periódica ou de sua reposição por novos exemplares da mesma espécie. Se a força produtiva do trabalho ampliou-se no nascedouro desses meios de trabalho — e ela se desenvolve continuamente com o fluxo ininterrupto da ciência e da técnica — então máquinas, ferramentas, aparelhos etc. mais eficazes e, considerando o volume de seu rendimento, mais baratos, tomam o lugar dos antigos. O capital antigo é reproduzido de forma mais produtiva, abstraindo as contínuas mudanças de detalhes nos meios de trabalho existentes. A outra parte do capital constante, matérias-primas e matérias auxiliares, é reproduzida constantemente no decorrer do ano, e as originárias da agricultura, em sua maior parte, anualmente. Toda introdução de melhores métodos etc. tem efeito, aqui, portanto, quase simultâneo sobre o capital adicional e sobre o capital que já se encontra em funcionamento. Cada progresso da Química multiplica o número das matérias úteis e as aplicações úteis das já conhecidas, e amplia assim, com o crescimento do capital, sua esfera de aplicação. Ele ensina, ao mesmo tempo, como lançar os excrementos dos processos de produção e de consumo de volta ao ciclo do processo de reprodução e cria, portanto, sem prévio dispêndio de capital, nova matéria para o capital. Assim como a exploração aumentada das riquezas naturais mediante mera tensão mais alta da força de trabalho, ciência e técnica constituem uma potência independente da grandeza dada do capital em funcionamento para sua expansão. Ela reage, ao mesmo tempo, sobre a parte do capital original que entrou em seu estágio de renovação. Em sua nova forma o capital incorpora gratuitamente o progresso social realizado atrás do pano de sua forma antiga. É certo que esse desenvolvimento da força produtiva é, ao mesmo tempo, acompanhado por uma depreciação parcial de capitais em funcionamento. Na medida em que essa depreciação se faz sentir agudamente por meio da concorrência, o peso principal recai sobre o trabalhador, com cuja exploração mais elevada o capitalista procura se indenizar.

O trabalho transfere ao produto o valor dos meios de produção por ele consumidos. Por outro lado, o valor e a massa dos meios de produção postos em movimento por dada quantidade de trabalho crescem na proporção em que o trabalho torna-se mais produtivo. Assim, ainda que a mesma quantidade de trabalho agregue sempre a seus produtos a mesma soma de valor novo, cresce todavia o antigo valor-capital, que ela ao mesmo tempo lhes transfere, com produtividade crescente do trabalho.

Um fiandeiro inglês e um chinês, por exemplo, podem trabalhar o mesmo número de horas com a mesma intensidade, de modo que ambos, em uma semana, produzem valores iguais. Apesar dessa igualdade, há enorme diferença entre o valor do produto semanal do inglês, que trabalha com uma poderosa máquina auto-

mática, é o do chinês, que possui apenas uma roca de fiar. No mesmo tempo em que o chinês fia 1 libra de algodão, o inglês fia várias centenas de libras. Uma soma várias centenas de vezes maior de valores antigos incha o valor de seu produto, no qual são conservados sob nova forma mais útil e assim podem funcionar de novo como capital.

"Em 1782", nos ensina F. Engels, "toda a safra de lã dos três anos precedentes permanecia ainda não processada, por falta de trabalhadores, e teria permanecido assim se a maquinaria recém-inventada não viesse em seu auxílio e não a tivesse fiado."⁵⁹

O trabalho objetivado sob a forma de maquinaria não produziu diretamente nenhum novo trabalhador, mas permitiu a um reduzido número de trabalhadores, mediante a agregação de relativamente pouco trabalho vivo, não apenas consumir de maneira produtiva a lã e adicionar-lhe valor novo, mas também sob a forma de fios etc. conservar seu valor antigo. Forneceu com isso, simultaneamente, os meios e o estímulo para a reprodução ampliada de lã. É dom natural do trabalho vivo conservar valores antigos enquanto cria valor novo. Com o crescimento da eficiência, do volume e do valor de seus meios de produção, portanto com a acumulação que acompanha o desenvolvimento de sua força produtiva, o trabalho mantém é perpetua, sob forma sempre nova, um valor-capital constantemente crescente.⁶⁰ Es-

⁵⁹ ENGELS, Friedrich. *Lage der arbeitenden Klasse in England*. p. 20.

⁶⁰ A Economia clássica, devido à análise deficiente do processo de trabalho de valorização, nunca compreendeu adequadamente esse importante momento da reprodução, como se pode ver em Ricardo. Ele diz, por exemplo: Qualquer que seja a variação da força produtiva, "1 milhão de pessoas produz nas fábricas sempre o mesmo valor". Isso é correto, quando a extensão e o grau de intensidade de seu trabalho são dados. Isso não impede porém — e Ricardo não o vê em certas conclusões — que 1 milhão de pessoas transforme em produtos massas muito diferentes de meios de produção, com diferente força produtiva de seu trabalho, e por conseguinte conserve em seus produtos massas de valor muito diferentes, sendo, assim, consideravelmente diferentes os valores dos produtos que fornece. Ricardo, seja dito de passagem, procurou inutilmente, com aquele exemplo, esclarecer a J.-B. Say a diferença entre valor de uso (que ele aqui denomina *wealth*, riqueza material) e valor de troca. Say responde: "Quanto à dificuldade que Ricardo levanta, quando diz que com melhores métodos 1 milhão de pessoas pode produzir duas ou três vezes mais riquezas, sem produzir mais valor, essa dificuldade desaparece quando, como se deve, considerar-se a produção como um intercâmbio, em que se dá os serviços produtivos de seu trabalho, de sua terra e seu capital para obter produtos. Por meio desses serviços produtivos é que obtemos todos os produtos que existem no mundo. (...) Portanto (...) somos tanto mais ricos, os nossos serviços produtivos têm mais valor, quanto maior é a quantidade de coisas úteis que obtêm no intercâmbio chamado de produção. (SAY, J.-B. *Lettres à M. Malthus*. Paris, 1820. p. 168-169.) A *difficulté* — ela existe para ele, não para Ricardo — que Say precisa explicar é a seguinte: Por que não aumenta o valor dos valores de uso, quando sua quantidade cresce em consequência de uma elevação da força produtiva do trabalho? Resposta: A dificuldade é resolvida dando-se ao valor de uso por gentileza o nome de valor de troca. Valor de troca é uma coisa que por *one way or another* relaciona-se com intercâmbio. Portanto, chame-se a produção de "intercâmbio" de trabalho e de meios de produção por produto, e é claro como água que se recebe tanto mais valor de troca quanto mais valor de uso fornece a produção. Em outras palavras: Quanto mais valores de uso, por exemplo meias, uma jornada de trabalho fornece ao fabricante de meias, tanto mais rico ele é em meias. De repente ocorre, entretanto, a Say que "com a maior quantidade" de meias seu "preço" (que naturalmente não tem nenhuma relação com o valor de troca) cai "porque a concorrência os obriga" (os produtores) "a dar os produtos pelo que lhes custam". Mas, de onde vem o lucro, se o capitalista vende as mercadorias pelo preço que lhe custam? Entretanto, *never mind*.^b Say explica que, em consequência da elevação da produtividade, cada um recebe agora, em troca do mesmo equivalente, dois pares de meias em lugar de um etc. O resultado a que chega é precisamente a proposição de Ricardo, que queria refutar. Depois desse violento esforço mental, Say apostrofa, triunfantemente, Malthus, com as palavras: "Esta é, meu senhor, a bem fundamentada doutrina, sem a qual, assim declaro, não é possível resolver as mais difíceis questões da Economia Política, notadamente como uma nação pode tornar-se mais rica quando seus produtos diminuem em valor, apesar de que a riqueza representa valor". (Op. cit., p. 170.) Um economista inglês observa sobre semelhantes proezas nas *Lettres* de Say: "Essas maneiras afetadas de tagarelar (*those affected ways of talking*) constituem ao todo aquilo que o Sr. Say gosta de denominar sua doutrina e que recomenda calorosamente a Malthus que a ensine em Hertford, o que ocorreria já *dans plusieurs parties de l'Europe*." Ele diz: "Se encontrardes em todas essas afirmações um caráter paradoxal, observai as coisas que elas exprimem, e eu ousa acreditar que elas vos parecerão muito simples e muito razoáveis". Sem dúvida, e ao mesmo tempo em consequência do mesmo processo, elas parecerão tudo, menos originais ou importantes". (*An Inquiry into those Principles Respecting the Nature of Demand* etc. p. 110.)

^a Um modo ou outro. (N. dos T.)

^b Não se preocupe. (N. dos T.)

^c Em numerosas partes da Europa. (N. dos T.)

sa força natural do trabalho aparece como força de autoconservação do capital, ao qual é incorporada, do mesmo modo que suas forças produtivas sociais aparecem como propriedades dele e a constante apropriação do mais-trabalho pelo capitalista aparece como contínua autovalorização do capital. Todas as forças do trabalho projetam-se como forças do capital, do mesmo modo que todas as formas de valor projetam-se como formas de dinheiro.

Com o crescimento do capital cresce a diferença entre o capital empregado e o consumido. Em outras palavras: crescem a massa de valor e a massa material dos meios de trabalho, como edifícios, maquinaria, canos de drenagem, animais de trabalho, aparelhos de toda espécie, que durante períodos mais longos ou mais curtos, em processos de produção constantemente repetidos, funcionam em toda sua extensão ou servem para a obtenção de determinados efeitos úteis, enquanto só se depreciam gradativamente, portanto perdendo seu valor por partes, transferindo-o pois também ao produto apenas por partes. Na proporção em que esses meios de trabalho servem como formadores de produtos, sem lhes agregar valor, em que, portanto, são aplicados em sua totalidade, mas apenas parcialmente consumidos, prestam, conforme mencionado antes, o mesmo serviço. Esse serviço gratuito do trabalho passado, quando apanhado e animado pelo trabalho vivo, acumula com a escala crescente da acumulação.

Como o trabalho passado se disfarça sempre em capital; isto é, o passivo do trabalho de A, B, C etc. torna-se o ativo do não-trabalhador X, burgueses e economistas políticos se excedem em louvar os méritos do trabalho passado que, segundo o gênio escocês MacCulloch, deve até mesmo receber um soldo próprio (juros, lucro etc.).⁶¹ O peso sempre crescente do trabalho passado, que colabora no processo vivo de trabalho sob a forma de meios de produção, é atribuído, portanto, à figura em que o trabalho passado é alienado pelo próprio trabalhador, como trabalho não-pago, isto é, à sua figura de capital. Os agentes práticos da produção capitalista e seus rábulas ideológicos são incapazes de conceber o meio de produção separadamente da máscara social antagônica, que hoje adere nele, assim como um possuidor de escravos não concebe o próprio trabalhador separado de seu caráter de escravo.

Com o grau de exploração da força de trabalho dado, a massa de mais-valia é determinada pelo número de trabalhadores simultaneamente explorados, e este corresponde, embora em proporção variável, à grandeza do capital. Assim, quanto mais o capital, mediante acumulações sucessivas, cresce, tanto mais também cresce a soma de valor que se cinde em fundo de consumo e fundo de acumulação. O capitalista pode, por isso, viver mais prodigamente e, ao mesmo tempo, "renunciar" mais. E, por fim, todas as molas da produção atuam com tanto mais energia quanto mais se amplia sua escala com a massa do capital adiantado.

5. O assim chamado fundo de trabalho

Verificou-se no decorrer desta investigação que o capital não é uma grandeza fixa, mas uma parte elástica e, com a divisão da mais-valia em renda e capital adicional, constantemente flutuante da riqueza social. Viu-se ainda que, mesmo com

⁶¹ MacCulloch tirou a patente de *wages of past labour*^a muito antes de Senior ter patenteadado o *wages of abstinence*.^b

^a Salário do trabalho passado. (N. dos T.)

^b Salário da abstinência. (N. dos T.)

à grandeza dada do capital em funcionamento, a força de trabalho, a ciência e a terra (pela qual se deve entender, economicamente, todos os objetos de trabalho preexistentes na Natureza, sem interferência do homem) nele incorporadas constituem potências elásticas do mesmo que, dentro de certos limites, lhe permitem uma margem de ação independente de sua própria grandeza. Chegou-se a isso abstraindo todas as circunstâncias do processo de circulação que proporcionam graus muito diferentes de eficiência à mesma massa de capital. Uma vez que pressupomos os limites da produção capitalista, portanto uma figura puramente natural do processo social de produção, foi abstraída qualquer combinação mais racional, realizável de maneira direta e planejada, com os meios de produção e as forças de trabalho existentes. A Economia clássica sempre gostou de conceber o capital social como grandeza fixa com grau fixo de eficiência. Mas o preconceito só foi solidificado em dogma pelo arquifilisteu Jeremias Bentham, o oráculo insípido, pedante e tagarela do senso comum burguês do século XIX.⁶² Bentham é, entre os filósofos, o que Martin Tupper é entre os poetas. Ambos só poderiam ter sido fabricados na Inglaterra.⁶³ Com seu dogma os fenômenos mais comuns do processo de produção, como, por exemplo, as súbitas expansões e contrações deste, e até a acumulação, se tornam inteiramente incompreensíveis.⁶⁴ O dogma foi mal usado tanto pelo próprio Bentham como por Malthus, James Mill, MacCulloch etc., para fins apoloéticos, notadamente para representar parte do capital, a variável ou conversível em força de trabalho, como grandeza fixa. A existência material do capital variável, isto é, a massa dos meios de subsistência que ele representa para o trabalhador, ou o assim chamado fundo de trabalho, foi imaginariamente transformada numa parcela particular da riqueza social, cercada por barreiras naturais intransponíveis. Para colocar em movimento a parte da riqueza social que deve funcionar como capital constante ou, expresso materialmente, como meios de produção, requer-se determinada massa de trabalho vivo. Esta é tecnologicamente dada. Mas não é dado nem o número de trabalhadores necessário para realizar essa massa de trabalho, pois isso varia com o grau de exploração da força de trabalho individual, nem o preço dessa força de trabalho, mas apenas seu limite mínimo, que, além do

⁶² Compare, entre outros: BENTHAM, J. *Théorie des Peines et des Récompenses*. Trad. Et. Dumont, 3.^a ed. Paris, 1826..v. II, Livro Quarto. Cap. II.

⁶³ Jeremias Bentham é um fenômeno puramente inglês. Mesmo sem excetuar nosso filósofo, Christian Wolf, em nenhum tempo e em nenhum país o lugar-comum mais comezinho jamais se instalou com tanta auto-satisfação. O princípio da utilidade não foi invenção de Bentham. Ele só reproduziu, sem espírito, o que Helvetius e outros franceses do século XVIII tinham dito espiritualmente. Se por exemplo se quer saber o que é útil a um cachorro, precisa-se pesquisar a natureza canina. Essa natureza não se pode construir a partir do "princípio de utilidade". Aplicado ao homem, isso significa que se se quer julgar toda a ação, movimento, condições etc. humanos segundo o princípio da utilidade, trata-se primeiramente da natureza humana em geral e depois da natureza humana historicamente modificada em cada época. Bentham não perde tempo com isso. Com a mais ingênua *secura* ele supõe o filisteu moderno, especialmente o filisteu inglês, como o ser humano normal. O que é útil para esse original homem normal e seu mundo é em si e para si útil. E por esse padrão ele julga então passado, presente e futuro. Assim, por exemplo, a religião cristã é "útil" porque reprova religiosamente os mesmos delitos que o código penal condena juridicamente. A crítica da arte é nociva porque perturba o prazer que as pessoas honestas encontram em Martin Tupper etc. Com lixo dessa espécie, o bom homem, cuja divisa é *nulla dies sine linea*,^o encheu montanhas de livros. Se eu tivesse a coragem de meu amigo H. Heine, eu chamaria o Sr. Jeremias de um gênio da estupidez burguesa.

⁶⁴ "Economistas políticos são demasiadamente inclinados a considerar determinada quantidade de capital e determinado número de trabalhadores como instrumentos de produção de força uniforme e que operam com certa intensidade uniforme. (...) Aqueles que afirmam que as mercadorias são os únicos agentes da produção, provam que a produção não pode de modo algum ser ampliada, pois para tal ampliação teriam de ser aumentados antes os meios de subsistência, as matérias-primas e as ferramentas, o que de fato equivale a dizer que nenhum crescimento da produção sem seu crescimento anterior pode ter lugar, ou, em outras palavras, que todo crescimento é impossível." (BAILEY, S. *Money and its Vicissitudes*. p. 58 e 70.) Bailey critica o dogma principalmente do ponto de vista do processo de circulação.

^o Nenhum dia sem um traço. — Essas palavras são atribuídas ao antigo pintor grego Apelles, que adotou a regra de trabalhar, ainda que pouco, todo dia em seus quadros. (N. da Ed. Alemã.)

mais, é muito elástico. Os fatos que estão na base do dogma são estes: por um lado o trabalhador não tem voz na partilha da riqueza social em meios de satisfação dos não-trabalhadores e em meios de produção; por outro lado, apenas em casos excepcionais favoráveis ele pode ampliar o assim chamado "fundo de trabalho" à custa da "renda" dos ricos.⁶⁵

A que absurda tautologia leva o imaginar que a barreira capitalista do fundo de trabalho é sua barreira natural social, mostra o Prof. Fawcett, entre outros:

"O capital circulante⁶⁶ de um país", diz ele, "é seu fundo de trabalho. E, portanto, para calcular o salário médio que cada trabalhador recebe, temos simplesmente de dividir esse capital pelo número de membros da população trabalhadora".⁶⁷

Isso quer dizer que primeiro reunimos em uma soma os salários individuais pagos, e então afirmamos que essa adição constitui a soma de valor do "fundo de trabalho", outorgado por Deus e pela Natureza. Finalmente dividimos a soma obtida pelo número de trabalhadores para voltar a descobrir quanto pode caber em média a cada trabalhador. Um procedimento singularmente astucioso. Ele não impede o Sr. Fawcett de dizer, no mesmo fôlego:

"A riqueza global acumulada anualmente na Inglaterra é dividida em duas partes. Uma parte é aplicada na Inglaterra para a manutenção de nossa própria indústria. Outra parte é exportada para outros países. (...) A parte que é empregada em nossa indústria não constitui porção significativa da riqueza acumulada anualmente neste país".⁶⁸

A maior parte do mais-produto que cresce anualmente, extraído ao trabalhador inglês sem equivalente, não é portanto capitalizada na Inglaterra, mas em países estrangeiros. Mas com o capital adicional assim exportado é também exportada parte do "fundo de trabalho" inventado por Deus e Bentham.⁶⁹

⁶⁵ J. St. Mill diz em seus *Principles of Polit. Economy*, [Livro Segundo, Cap. I, § 3]: "O produto do trabalho, hoje, é repartido em proporção inversa ao trabalho — a maior parte se destina àqueles que nunca trabalham, a segunda maior parte àqueles cujo trabalho é quase só nominal, e assim, em escala decrescente, a remuneração encolhe na medida em que o trabalho se torna mais duro e mais desagradável, até que o trabalho fisicamente mais cansativo e mais esgotante nem pode contar com a certeza da satisfação das necessidades vitais". Para evitar mal-entendido, quero deixar claro que, se homens como J. St. Mill etc. devem ser censurados pela contradição entre seus velhos dogmas econômicos e suas tendências modernas, seria absolutamente injusto confundirlos com o séquito dos apologistas da Economia vulgar.

⁶⁶ FAWCETT, H. (Prof. de Economia Política em Cambridge.) *The Economic Position of the British Labourer*. Londres, 1865. p. 120.

⁶⁷ Lembro ao leitor que fui o primeiro a usar as características: capital variável e capital constante. A Economia Política desde A. Smith mistura confusamente as determinações contidas nessas categorias com as diferenças de forma oriunda do processo de circulação, de capital fixo e circulante. Pormenores sobre isso no Livro Segundo, Seção II.

⁶⁸ FAWCETT. *Op. cit.*, p. 123, 122.

⁶⁹ Poder-se-ia dizer que não apenas capital, mas também trabalhadores, sob a forma de emigração, são exportados anualmente pela Inglaterra. Entretanto, no texto, não se fala absolutamente nada do *peculium*^o dos emigrantes, que em grande parte não são trabalhadores. Os filhos dos arrendatários constituem uma grande porção. O capital adicional inglês que se coloca anualmente no exterior a juros está em proporção desigualmente maior para a acumulação anual do que a que existe entre emigração anual e crescimento anual da população.

^o Parte dos bens que o chefe da família, na Roma Antiga, podia doar a um livre, por exemplo, ao filho, ou a um escravo para que ele o aplicasse ou o administrasse. A posse do *peculium* não suspendia, de fato, a dependência do escravo de seu senhor e, juridicamente, o *peculium* permanecia propriedade do dono da casa. Por exemplo, era permitido ao escravo — quando de posse do *peculium* — fazer acordos com uma terceira pessoa, entretanto apenas numa extensão que excluía o ganho de quantias de dinheiro suficientes para resgatá-lo totalmente da escravidão. Acordos particularmente lucrativos ou outras medidas que fariam esperar uma ampliação significativa do *peculium* eram normalmente efetuados pelo próprio chefe da família. (N. da Ed. Alemã.)